



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Plano Diretor Municipal de Medianeira 2021

Revisão do Plano Diretor Participativo Urbano e Rural 2007



FASE 3 - PRODUTO 2.16
PROPOSTAS PARA O DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

JOÃO CARLOS ORTEGA Secretário

LÚCIO TASSO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

JOÃO CARLOS ORTEGA Superintendente

ALVARO JOSÉ CABRINI JUNIOR Superintendente Executivo

JOSE ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças

CAMILA MILEKE SCUCATO Diretora de Operações

VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos

HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador de Operações

RODRIGO JOSÉ KUSMA Coordenador de Tecnologia da Informação

FABIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA Coordenador ER Maringá

RAFAEL GUSTAVO MANSANI Coordenador ER Ponta Grossa

FRANCISCO LUIS DOS SANTOS Coordenador de ER, RMC e Litoral

RAFAEL DA SILVA SCHIAVINATO Coordenador ER Cascavel

CELSO CARLOS CAROLLO SILVESTRI Coordenador ER Guarapuava

ANDRÉ COTRIN ABDO Coordenador ER Londrina

MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

Prefeito

2020 - RICARDO ENDRIGO

2021 - ANTÔNIO FRANÇA BENJAMIM

Vice Prefeito

2020 - JOSÉ VANI GRASSI

2021 - EVANDRO ROHLING MEES

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Plano Diretor Municipal de Medianeira 2021

*Revisão do Plano Diretor
Participativo Urbano e Rural 2007*

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 145/2019

REF.: TOMADA DE PREÇOS NA MODALIDADE TÉCNICA E PREÇO Nº 06/2019

Fevereiro / 2022

APRESENTAÇÃO

Este documento contempla a Fase 3 - Diretrizes e Propostas da revisão do Plano Diretor Participativo Urbano e Rural de Medianeira PDUR de 2007, quanto as quanto às Propostas para Direito à Cidade Sustentável para o Município. Os serviços prestados decorrem do Contrato de Prestação de Serviços nº 145/2019, celebrado entre a empresa Tese Tecnologia Arquitetura e Cultura Ltda. e a Prefeitura Municipal de Medianeira. Está em conformidade com as exigências do Termo de Referência do Edital de Tomada de Preços na modalidade Técnica e Preço nº 06/2019, referente à contratação de empresa especializada para a Revisão do Plano Diretor de Medianeira.

Este produto também relaciona as propostas com os objetivos para o desenvolvimento visando a garantia dos direitos dos cidadãos tomando por base o contido nas Agenda 21 e 2030 da ONU e a Nova Agenda Urbana para a Inovação, Inteligência e Sustentabilidade das cidades em conjugação com a Análise Temática do Município. Baseia-se também no contido no Estatuto da Cidades no seu artigo 2º para garantir o direito à cidade sustentável e sua gestão democrática.



SUMÁRIO

SUMÁRIO	5
LISTA DE QUADROS	5
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS	7
1. PROPOSTAS PARA GARANTIR O DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL	12
1.1. PROPOSTAS DO EIXO AMBIENTAL	15
1.2. PROPOSTAS DO EIXO SOCIOESPACIAL	21
1.2.1. PROPOSTAS PARA GARANTIR OS DIREITOS À TERRA URBANA E MORADIA	21
1.2.2. PROPOSTAS PARA SERVIÇOS PÚBLICOS	23
1.3. PROPOSTAS DE SANEAMENTO AMBIENTAL	32
1.4. PROPOSTAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E TRANSPORTE	39
1.5. PROPOSTAS DO EIXO ECONÔMICO (TRABALHO E LAZER)	44
1.6. PROPOSTAS DO EIXO INSTITUCIONAL	50
REFERÊNCIAS	52

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: RELAÇÃO DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE COM OS “ODS”	14
QUADRO 2: CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.....	16
QUADRO 3: CONSERVAÇÃO DOS REMANESCENTES FLORESTAIS.....	17
QUADRO 4: RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPs).....	18
QUADRO 5: CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E DA PAISAGEM	19
QUADRO 6: MANEJO DE AGROTÓXICOS E PRODUTOS PERIGOSOS	20
QUADRO 7: PROPOSIÇÃO PARA A GARANTIA DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA CIDADE.....	22
QUADRO 8: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SAÚDE ...	24
QUADRO 9: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO	25



QUADRO 10: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	26
QUADRO 11: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	27
QUADRO 12: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO.....	29
QUADRO 13: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE CULTURA	30
QUADRO 14: PROPOSIÇÃO PARA A ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	33
QUADRO 15: PROPOSIÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM SUPERFICIAL NA ÁREA URBANA.....	35
QUADRO 16: PROPOSIÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, RECICLÁVEIS E LIMPEZA PÚBLICA.....	36
QUADRO 17: PROPOSIÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE SAÚDE E DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	38
QUADRO 18: ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, SINALIZAÇÃO, ESTACIONAMENTO E TRANSPORTE AÉREO.....	40
QUADRO 19: MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMA CICLOVIÁRIO.....	42
QUADRO 20: IMPLANTAÇÃO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS, MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA E OTIMIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO.....	43
QUADRO 21: DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO	45
QUADRO 22: DESENVOLVIMENTO SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO	46
QUADRO 23: DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA	47
QUADRO 24: DESENVOLVIMENTO DO SETOR TURÍSTICO	48
QUADRO 25: ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA E INSTITUCIONAL	51



RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

CONSULTORIA CONTRATADA

TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA

COORDENAÇÃO

MIRNA CORTOPASSI LOBO

Arquiteta e Urbanista CAU A0447-2

COORDENAÇÃO TÉCNICA

VANESSA BOSCARO FERNANDES

Arquiteta e Urbanista CAU A37721-0

EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

MIRNA CORTOPASSI LOBO

Arquiteta e Urbanista CAU A0447-2

SANDRA MAYUMI NAKAMURA

Arquiteta e Urbanista CAU A28547-1

DIOGO CORTOPASSI LOBO

Engenheiro Civil CREA/PR 53933/D

LIDIA SAYOKO TANAKA

Engenheira Ambiental CREA/PR 87131/D

FRANCISCO DE ASSIS MENDONÇA

Geógrafo, CREA/PR 27916/D

ANA PAULA WOSNIAK

Geóloga, CREA/PR 30050/D

JACKSON TEIXEIRA BITTENCOURT

Economista, CORECON/PR 5954

BRUNO DESCHAMPS MEIRINHO

Advogado, OAB/PR 48641

DENISON BARCIK ALVES

Administrador CRA/PR 20-31109

ANA MARIA LORICI SANTIN

Cientista Social

SAMIRA DE ARAUJO BOAZA

Assistente Social CRESS/PR 5452

EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR

CAROLINE NAYARA RECH

Arquiteta e Urbanista CAU 202924-3

GABRIELA GROSSI F. DE PELLEGRINI

Arquiteta e Urbanista CAU 211793-2

BRUNO RUCHINSKI DE SOUZA

Engenheiro Civil, CREA/PR 155298/D

VANESSA BOSCARO FERNANDES

Arquiteta e Urbanista CAU A37721-0

CRISTINA HARUMI WASHIMI

Arquiteta e Urbanista CAU 275790-7

EQUIPE DE APOIO

HELLEN CHAIANE DOS SANTOS

Administrativo / Financeiro

ALBERTO LOPES DAL'OSTO

Administrativo / Logística



EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL 2020

Instituída pelo **DECRETO Nº 087/2020**, de 05 de março de 2020

COORDENAÇÃO

CARLA OTT Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PATRIMÔNIO

ERCI BALDISSERA Gestor de Negócios
ADRIANA MEOTTI Profissional em Processos Gerenciais
ALBERTO DELA JUSTINA Negociador Imobiliário, CRECI-PR F24279
CANDIDA FACHINETTO PAZ Arquiteta e Urbanista, CAU A49223-0
CARLA OTT Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0
CARLOS DIAS ALVES Economista, CORECON/PR 5.595/6
DEVANI AMORIM LOPES Técnica Ambiental
MARCOS GIOVANI RIGOTTI Tecnólogo em eletromecânica
MARIA JAQUELINA STEINBACH Administradora
MICHELLE SEBEN Arquiteta e Urbanista, CAU A41010-1
ROSELI SPIELMANN Assistente Social, CRESs/PR 6602
VANIA RAQUEL FURMANN MOREIRA Bacharel em Direito
DINAMAR SIRLEI ARAÚJO MAZZUCCO Gestor Público
MAURO ALVES PINTO Coronel da Reserva da Polícia Militar do Paraná
FRANCIELE BADO Jornalista, MTB 0011240/PR
JOSÉ ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA Publicitário e profissional de marketing
ALVARO ALLAN ZANELLA Bacharel em Direito
MARINÉS PIRES FAQUIM Profissional em Processos Gerenciais

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

EDUARDO BARATTO Engenheiro Civil, CREA-PR 86.819/D
WALTER RICARDO SCHUELER Engenheiro Civil, CREA-PR 135.896/D

PROCURADORIA

MARCELO OSCAR KUSMIRSKI Advogado, OAB/PR 31.477
MIRNA LOI SCHIZZI Advogada, OAB/PR 6331
SERGIO AUQUSTO MITTMANN Advogado, OAB/PR 040021
ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR Advogado, OAB/PR 28214
STELLA CRISTINA BRANDENBURG Advogada, OAB/PR 046818

SECRETARIA DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E ABASTECIMENTO

DILVO JOSÉ BERNARDON Técnico em Contabilidade
GREISE LEONHARDT Técnica em Gerenciamento Ambiental
PERCY MARCOS MARCOLLA Técnica Ambiental

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SOLANGE APARECIDA DE LIMA Contadora
KATHIERE DE OLIVEIRA Nível Médio
PAULO RICARDO SCHNEIDER Gestor Comercial



SECRETARIA DE FINANÇAS

CARLOS ALBERTO CAOVILO

ADILSON FERREIRA GOMES

CARLOS EDUARDO FRANZES

Contador, CRC/PR 018257/0-0

Gestor Empresarial

Auditor - Bacharel em Direito e Ciência da
Computação

Gestor Público

Gestora Pública e Contadora, CRC/PR 043498-0

TIAGO ROBERTO DEMARCHI BUENO

MARIA GORETE MARCA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CLAIR TEREZINHA RUGERI

MARIA HELENA BARP

TELMO LUIZ DE MARQUE

Bacharel em Letras

Pedagoga

Nível médio

SECRETARIA DA SAÚDE

DAYSE ANA ALBERTON CAVALLERI

RENATA BERTA ALÉSSIO

LUCIANO FRANCIELI MARSARO

DIONIR MACIEL PEDROZO

SEBASTIÃO MARCOLINO DA SILVA

Administradora

Enfermeira, COREN 222113

Administrador Hospitalar, CRA/PR 15.540

Técnico em Segurança do Trabalho, TEM/PR 4396-6

Técnico em Enfermagem e Gestão Pública

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

DELDIR BERTA ALÉSSIO

CHRISTIANE ZANETTE MONDARDO

JOYCE GRACIELLE CHIES BILSKI

Bacharel em Ciências

Assistente Social, CRESSs 5938 - 11ª Região

Gestora Ambiental

SECRETARIA DE ESPORTES

JOSELITO MUNIZ DOS SANTOS

JOÃO ALEXANDRE HENTZ

Educador Físico

Administrador, CRA/PR 20-20199

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL 2021

Instituída pelo **DECRETO Nº 311/2021**, de 18 de junho de 2021

COORDENAÇÃO

CARLA OTT

MICHELLE SEBEN

Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0

Arquiteta e Urbanista, CAU A41010-1

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

SOLANGE APARECIDA DE LIMA

ADIRLENE APARECIDA MOURA HORONZI

ADRIANA MEOTTI

BEATRIZ REGINA FIEBIG

CANDIDA FACHINETTO PAZ

CARLA OTT

DINAMAR SIRLEI ARAÚJO MAZZUCCO

EDNA MARIA JULIÃO

MARCOS GIOVANI RIGOTTI

Secretária de Administração e Planejamento

Chefe de Departamento Executivo

Profissional em Processos Gerenciais

Arquiteta e Urbanista, CAU A179737-9

Arquiteta e Urbanista, CAU A49223-0

Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0

Gestor Público

Gestora Pública

Tecnólogo em eletromecânica



MARIA JAQUELINA STEINBACH	Administradora
MICHELLE SEBEN	Arquiteta e Urbanista, CAU A41010-1
ROSELI SPIELMANN	Assistente Social, CRESs/PR 6602
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
ISAIAS FRANÇA BENJAMIM	Secretário de Obras e Serviços Públicos
IGOR EDUARDO GRANDE	Engenheiro Civil, CREA-PR 101329/D
KAIO CESAR RAMOS MACIEL	Engenheiro Civil, CREA-PR 175142/D
PROCURADORIA	
ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR	Advogado, OAB/PR 28214
VITOR EDUARDO FROSI	Procurador Geral - Advogado, OAB/PR 36904
SECRETARIA DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E ABASTECIMENTO	
SEBASTIÃO ANTONIO	Secretário de Agricultura Sustentável e Abastecimento
EDUARDO ZIGLIOLI	Eng. Ambiental e Mestrado Téc. Ambiental.
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
MARCIA HANZEN	Secretária de Desenvolvimento Econômico
SIMONE MATTOS	Administradora
SECRETARIA DE FINANÇAS	
MARTA REGIANA RIBEIRO FRACARO	Secretária de Finanças
CARLOS EDUARDO FRANZES	Auditor - Bacharel em Direito e Ciência da Computação
CLEITON LUIZ WELTER	Ciências Contábeis
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
CLAIR TEREZINHA RUGERI	Secretária de Educação
FRANCIELE PEREGO GARCIA	Professora - Mestrado Educação Matemática
SECRETARIA DA SAÚDE	
ROSANGELA FIAMETTI ZANCHETT	Secretária de Saúde
LUCIANA FRANCIELI MARSARO	Administradora Hospitalar, CRA/PR 15.540
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
ADRIANO BOTH	Secretário de Assistência Social
CHRISTIANE ZANETTE MONDARDO	Assistente Social, CRESs 5938 - 11ª Região
SECRETARIA DE ESPORTES	
VOLMIR ANTONIO BEGNINI	Secretário de Esportes

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO – CMP 2020

Instituído pelo **DECRETO Nº 516/2019**, de 17 de dezembro de 2019

PRESIDENTE

ERCI BALDISSERA Secretário de Administração e Planejamento

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL

ERCI BALDISSERA Representante do Poder Público Municipal



CARLA OTT	Representante do Poder Público Municipal
ALCEDIR BIESDORF	Representantes do Poder Público Estadual -
Emater	
SIMONE RODRIGUES AQUINO	Representantes do Poder Público Estadual -
Sanepar	
ANDERSON VOGELMANN	Representante da Câmara Municipal
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	
ADEMIR PEREIRA DA SILVA	Representante do Segmento Empresarial
LUIZ DA ROSA	Representante do Segmento dos Trabalhadores
DORVALINO ABATTI	Representante da Associação de Moradores de Área Urbana
OTACILIO JOSE VIAPIANA	Representante da Associação de Moradores da Área Rural
SILVANA TEREZINHA CARNEIRO	Representante dos Movimentos Populares

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO – CMP 2021

Instituída pelo **DECRETO Nº 302/2021**, de 14 de junho de 2021

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL

SOLANGE APARECIDA DE LIMA	Representante do Poder Público Municipal
CARLA OTT	Representante do Poder Público Municipal
ALCEDIR BIESDORF	Representantes do Poder Público Estadual
SIMONE RODRIGUES AQUINO	Representantes do Poder Público Estadual
ANDERSON VOGELMANN	Representante da Câmara Municipal

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

ADEMIR PEREIRA DA SILVA	Representante do segmento Empresarial
LUIZ DA ROSA	Representante do segmento dos Trabalhadores
DORVALINO ABATTI	Representante da Associação de Moradores de Área Urbana
OTACILIO JOSE VIAPIANA	Representante de Associação de Moradores da Área Rural
SILVANA TEREZINHA CARNEIRO	Representante dos movimentos populares

SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

MARISTELA DE PAULA MULLER
Analista de Desenvolvimento Municipal



1. PROPOSTAS PARA GARANTIR O DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL

Marta Romero (2006) aborda o tema da sustentabilidade nas cidades como uma perspectiva processual, trazendo o conceito para a cidade, ampliando a visão além da simples dimensão ecológica. Propõe um “urbanismo sustentável”, baseado em premissas de desenho participativo, arquitetura da paisagem e eficiência energética:

“A construção da sustentabilidade nas cidades brasileiras significa enfrentar várias questões desafiadoras, como a concentração de renda e a enorme desigualdade econômica e social, o difícil acesso à educação de boa qualidade e ao saneamento ambiental além da degradação dos meios construídos e natural e dos acentuados problemas de mobilidade e acessibilidade” (ROMERO, 2006, p. 55).

Sendo assim, o planejamento municipal sustentável aborda os problemas socioambientais, econômicos, e territoriais para possibilitar o gerenciamento ambiental do município que impacta a gestão dos recursos hídricos, em harmonia com as políticas setoriais de uso do solo, educação e saúde, dentre outras.

O desenvolvimento urbano sustentável entrou na pauta do planejamento municipal, buscando a eliminação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e a preocupação com a sustentabilidade dos recursos naturais.

O princípio do direito à cidade ganha novos contornos com o Estatuto da Cidade e amplia sua abrangência, incorporando o direito à terra urbana, ao saneamento, à infraestrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.

Durante os anos 2000, houve um avanço na institucionalização e na execução de políticas públicas de infraestrutura urbana no Brasil, com o reconhecimento jurídico e o aumento dos investimentos nessas políticas. A criação do Ministério das Cidades (MCidades), em 2003, passou a concentrar o financiamento e a execução de políticas relacionadas à habitação, à regularização fundiária, ao planejamento urbano, ao transporte, à mobilidade e ao saneamento (CAFRUNE, 2016). Foi estabelecido também um processo de gestão democrática das políticas urbanas federais, por meio das Conferências das Cidades e do Conselho das Cidades (ConCidades).

No entanto, a institucionalização das políticas urbanas com participação social, que implicou a ampliação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, não se traduziu em transformações urbanas capazes de reverter os processos de urbanização dominantes. A reunião das políticas setoriais no Ministério das Cidades não significou sua maior integração no território, nem se materializou no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (Cafrune (2016, apud IPEA, s.d.).

O descolamento entre o processo de construção do espaço urbano e as necessidades das pessoas (Rolnik, 2016) ou, ainda, as novas demandas por cidade (Maricato, 2016) ou a



reivindicação do exercício do direito à cidade (CAFRUNE, 2016) podem ser explicações para os movimentos que aconteceram no Brasil, a partir de 2013. As cidades passaram a vivenciar manifestações por direitos de viver, usar e produzir o espaço urbano, que, na visão de Cafrune (2016), representam expressões da luta urbana que trazem outra perspectiva do direito à cidade.

A ocupação dos espaços públicos (Movimento Passe Livre) ou de espaços de acesso público (“rolezinhos” nos shopping centers) para reivindicar novas formas de construção e de vivência do espaço urbano deixa explícita a importância e a necessidade da apropriação desses espaços por todos os habitantes da cidade. A apropriação dos espaços públicos pela sociedade, enquanto espaços da diversidade, do exercício das relações comunitárias, do lazer e do exercício da cidadania, é um dos temas estruturantes da Nova Agenda Urbana (Cafrune, 2016).

A expectativa de que o desenho e a gestão de espaços públicos socialmente inclusivos e seguros contribuam para a redução das desigualdades urbanas e da criminalidade é tão expressiva, que uma das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 “Construir cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis” da ONU é “até 2030, garantir acesso universal a espaços verdes e públicos seguros, inclusivos e acessíveis, especialmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência” (IPEA, s.d).

Com vistas a promover o desenvolvimento e o direito à cidade sustentável de Medianeira, este documento apresenta Propostas Específicas, as quais estão enquadradas às dimensões da sustentabilidade: ambiental, socioespacial, econômica e institucional e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) preconizados pela Agenda 2030 (**QUADRO 1**). As ações das propostas específicas serão objeto do Plano de Ação e Investimentos.

QUADRO 1: RELAÇÃO DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE COM OS “ODS”

DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	ODS RELACIONADOS
<p>1 - Ambiental</p>	   
<p>2 – Socioespacial</p> <p>Uso e Ocupação do Solo</p> <p>Serviços Públicos</p> <p>Saneamento Ambiental</p> <p>Infraestrutura Urbana e Transporte</p>	       
<p>3 - Econômica</p>	   
<p>4 - Institucional</p>	

Fonte: CNM, 2016.



1.1. PROPOSTAS DO EIXO AMBIENTAL

As propostas para o Eixo Ambiental consistem na determinação de programas e projetos que objetivam adequar as condições ambientais do município de Medianeira, considerando a configuração atual dos recursos naturais existentes e a projeção de melhorias da qualidade ambiental no município.

Estas têm como principal objetivo incentivar a conservação e a preservação dos recursos naturais, especialmente os relacionados aos recursos hídricos e remanescentes florestais, bem como a valorização da paisagem e arborização urbana.

Nos quadros que seguem, estão apresentadas as proposições para o Eixo Ambiental, com as justificativas, localizações e interrelações com as dimensões de sustentabilidade (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS), e com as diretrizes previstas para a conservação e preservação ambiental, assim como a conscientização e valorização do meio ambiente, considerando as características do município de Medianeira.

QUADRO 2: CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

EIXO (E)	E1 - AMBIENTAL			
DIRETRIZ (D)	D1 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			
PROPOSIÇÃO (P)	P1 - CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS			
JUSTIFICATIVA:	Tendo em vista a extensa rede hídrica do município, destacando-se importantes rios de importância municipal e regional, há que se buscar a conservação da qualidade ambiental destes, por meio de conscientização, fiscalização e realização de obras estruturais, tais como de drenagem, para evitar erosões e assoreamento dos leitos dos rios, de saneamento, dentre outras. Atualmente, verificam-se impactos ambientais negativos decorrentes da ocupação do entorno do manancial de abastecimento público de água do Rio Alegria, com ocupação de suas margens e possível contaminação das águas e solo por esgotamento sanitários doméstico, ausência de fiscalização dos efluentes de empresas e indústrias poluentes, dentre outros, que deverão ser recuperados ambientalmente.			
LOCALIZAÇÃO	Todo o município (sede urbana, Distrito de Maralúcia e área rural).			
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE/ ODS	AMBIENTAL			 
AÇÕES ESPECÍFICAS				
1	Instituir a Política Municipal de Recursos Hídricos estabelecendo normas e diretrizes para a conservação e preservação dos recursos hídricos, através da criação do sistema municipal de gerenciamento dos recursos hídricos.			
2	Elaborar e implementar programa de conservação e proteção dos recursos hídricos municipais que contemple ações para a preservação dos fundos de vale, proteção das nascentes, recomposição das APPs, entre outras, sendo prioritárias as ações na área do manancial de abastecimento público de água.			
3	Elaborar o Programa de Revitalização da Bacia do Rio Alegria, contemplando o inventário florestal da bacia hidrográfica, avaliação das condições das nascentes, identificação das regiões mais fragilizadas ou degradadas, proposição de ações para sua recuperação, prazos, metas e investimentos necessários, com apoio da Itaipu Binacional e Lindeiros do Lago de Itaipu.			
4	Estabelecer sistema de monitoramento e acompanhamento sistemático da qualidade hídrica dos mananciais que abastecem o município em parceria com a SANEPAR.			
4	Realizar rígida fiscalização dos usos e ocupação do solo na sede urbana, especialmente sobre área de manancial de abastecimento público de água. No caso da área rural sobre manancial, proceder à conscientização dos proprietários ali assentados para adoção de práticas sustentáveis em suas atividades produtivas, como por exemplo os cultivos orgânicos.			
5	Elaborar estudo sobre a necessidade de criação e implementação da bacia de retenção nas depressões dos rios Ipezinho e terreno anteriores, para evitar alagamentos, bem como alargar o encontro dos rios, reformar ponte (trecho São Carlos) e aumentar o canal do rio canalizado para aumentar as áreas de infiltração.			
6	Elaborar estudos em parceria com instituições acadêmicas (UTFPR e outras), sobre a possibilidade de outras fontes de captações de água para abastecimento público, contemplando a qualidade, capacidade hídrica, capacidade de armazenamento e distribuição das águas.			
7	Promover a fiscalização, por meio de parcerias com universidades (UTFPR e outras), das ligações clandestinas de esgoto nas águas pluviais.			

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

QUADRO 3: CONSERVAÇÃO DOS REMANESCENTES FLORESTAIS

EIXO (E)	E1 - AMBIENTAL		
DIRETRIZ (D)	D1 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		
PROPOSIÇÃO (P)	P2 - CONSERVAÇÃO DOS REMANESCENTES FLORESTAIS		
JUSTIFICATIVA:	<p>O município possui importante cobertura vegetal preservada em seu território, com potencial para sua otimização através da conformação de importantes corredores ecológicos de biodiversidade ou mesmo criação de unidades de conservação como as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), dentre outros mecanismos legais que integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).</p> <p>Na sede urbana, há alguns importantes remanescentes florestais e Parques Urbanos enquadrados na categoria de Unidade de Conservação (Sepé-Tiaraju e Tupa-Mbae), que merecem destaque, pela necessidade de preservação, conservação e utilização sustentável.</p>		
LOCALIZAÇÃO	Todo o município (sede urbana, Distrito de Maralúcia e área rural).		
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE/ ODS	AMBIENTAL	   	
AÇÕES ESPECÍFICAS			
1	Readequar o horto florestal, revitalizar área degradada e estabelecer parcerias entre setor público e privado, por meio de apoio técnico, serviços de manutenção e fornecimento de mudas para a implantação e manutenção de áreas verdes, atendendo aos critérios de uso e preservação dessas áreas.		
2	Identificar e categorizar pontos de coletas de dados ambientais, com a demarcação dos maciços florestais e áreas verdes públicas do território municipal de modo a implementar corredores ecológicos e de biodiversidade.		
3	Promover incentivos junto aos proprietários particulares municipais para instituição de unidades de conservação na categoria Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN).		
4	Promover o enquadramento dos Parque Urbanos e Lineares ao longo dos rios (a serem criados), na categoria de unidade de conservação Parque Urbano, visando o recebimento de ICMS Ecológico.		
5	Instituir e incorporar no Município um sistema parceria e apoio aos produtores rurais, com o objetivo de ampliar o interesse do homem do campo em conservar os recursos naturais, buscando a coexistência da preservação ambiental e da atividade rural, sem que haja redução da renda da pequena propriedade.		
6	Promover a fiscalização contínua dos maciços florestais, unidades de conservação (Sepé-Tiaraju e Tupa-Mbae) e áreas verdes do território municipal, garantindo sua preservação e conscientizando da população quanto à importância de sua manutenção e preservação.		
7	Padronizar a nomenclatura/termos dados às áreas verdes registradas nas matrículas dos imóveis, por meio de parceria com os cartórios municipais.		

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

QUADRO 4: RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPs)

EIXO (E)	E1 - AMBIENTAL		
DIRETRIZ (D)	D1 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		
PROPOSIÇÃO (P)	P3 - RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPs)		
JUSTIFICATIVA:	<p>As Áreas de Preservação Permanente (APPs) existentes no território municipal (tanto na área urbana quanto na rural) devem ser preservadas e recompostas mediante incentivo do poder público, quer seja por ações de conscientização e educação ambiental, quer seja por programas de doação de mudas ou mesmo fiscalização, visto a extensa rede hídrica do município e, por conseguinte, de APPs. A recuperação e manutenção das APPs visa a garantia da qualidade hídrica, dos solos e da paisagem bem como a regeneração da biota, por meio da redução dos efeitos de borda nos remanescentes florestais, formação de corredores ecológicos e especialmente, no caso das áreas urbana, na redução de ocorrências de movimentos de massas e inundações.</p> <p>Esta proposição visa implantar ações e programas sistemáticos de monitoramento e controle ambiental das áreas de preservação permanente dos recursos hídricos e topos de morro, buscando sua recuperação e manutenção dos padrões de qualidade ambiental, especialmente na sede urbana, com vistas a minimizar os eventos de movimentos de massa e inundações.</p>		
LOCALIZAÇÃO	Todo o município (sede urbana, Distrito de Maralúcia e área rural).		
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE/ ODS	AMBIENTAL		
AÇÕES ESPECÍFICAS			
1	Inventariar todas as APPs e nascentes urbanas através de levantamento <i>in loco</i> , para análise do atual estado de conservação das mesmas, com criação de banco de dados digital, integrado à base cartográfica urbana digital e cadastro técnico, com atualizações anuais.		
2	Desenvolver programa de limpeza e desassoreamento nos fundos de vale, rios, córregos e suas margens, em especial rios em trechos urbanos.		
3	Cadastrar as edificações irregulares em APPs, sobretudo aquelas localizadas em áreas de risco.		
4	Distribuir mudas produzidas no horto municipal, aos interessados, para recompor as matas ciliares (APPs) dos rios municipais		
5	Realizar fiscalizações periódicas nas APPs municipais.		

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

QUADRO 5: CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E DA PAISAGEM

EIXO (E)	E1 - AMBIENTAL		
DIRETRIZ (D)	D2 - PROMOÇÃO DA CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL		
PROPOSIÇÃO (P)	P4 - CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E DA PAISAGEM		
JUSTIFICATIVA:	Esta proposição visa compatibilizar os aspectos relativos à conservação dos recursos naturais e de promoção do uso público destas áreas para sua valorização ambiental, lazer, cultura, educação e circulação não motorizada, além de fornecer subsídios para um melhor planejamento ambiental. Busca-se implantar projetos e ações de ampliação da quantidade de áreas verdes públicas no município e área urbana, bem como a preservação e conservação das já existentes proporcionando a valorização ambiental e da paisagem por meio da educação ambiental sistemática, de forma a ampliar a conscientização ambiental da população e dos sistemas de fiscalização e controle ambiental.		
LOCALIZAÇÃO	Todo o município (sede urbana, Distrito de Maralúcia e área rural)		
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE/ ODS	AMBIENTAL	   	
AÇÕES ESPECÍFICAS			
1	Elaborar e implementar Plano de Arborização Urbana que estabeleça critérios e procedimentos de renovação permanente da vegetação das vias e espaços públicos urbanos, inclusive no Centro, que contemple: a utilização das espécies adequadas, a substituição das espécies frutíferas (mangueiras, principalmente), poda, plantio, replantio da vegetação localizada nas vias públicas do Município (árvores, arbustos, forração); manutenção, intervenção ou modificação em áreas verdes (parques, praças, jardins e canteiros das avenidas).		
2	Elaborar e distribuir cartilha orientativa do Plano de Arborização Urbana aos munícipes quanto às espécies adequadas a serem plantadas e as formas corretas de plantio, indicando o prazo gradual para a substituição das espécies frutíferas ou outras que não constem na listagem de espécies adequadas.		
3	Instituir e implementar novas áreas verdes, tais como parques públicos e praças, distribuídas em diferentes setores de interesse ambiental e de lazer, considerando o conforto climático, sonoro e visual, pelo aumento da permeabilidade do solo, e que se constituam em marcos de referência dotados de valores cênicos e simbólicos, vinculados à imagem da cidade.		
4	Estabelecer parcerias entre os loteadores e o Poder Público Municipal para a implantação das áreas verdes e/ou praças nos loteamentos.		
5	Ampliar e aprofundar a educação ambiental junto às instituições formais de educação, à sociedade civil organizada, aos servidores públicos, aos produtores rurais e à comunidade em geral, através de divulgação e promoção de campanhas, compreendendo preservação do meio ambiente, recuperação de áreas de preservação permanente (APPs), uso racional da água, solo e remanescentes florestais, além de temas relacionadas aos sistemas de coleta, manejo e tratamento dos resíduos sólidos, fortalecendo princípios essenciais para a seleção e reciclagem dos resíduos reaproveitáveis.		
6	Implantar estruturas de valorização ambiental e da paisagem nas áreas de interesse turístico (Pedreira, Espigão, Morro da Salete, Maralúcia e igrejinhas das comunidades rurais).		
7	Implementar Parques Linear Urbanos (com implantação de trilhas ou calçada ecológica e ciclovia, etc.)		
8	Promover a participação de empreendimentos no enquadramento e certificações de sustentabilidade, por meio de Selos Vedes, tanto para construções quanto para gestões sustentáveis, voltados a empresas em geral.		

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

QUADRO 6: MANEJO DE AGROTÓXICOS E PRODUTOS PERIGOSOS

EIXO (E)	E1 - AMBIENTAL		
DIRETRIZ (D)	D2 - PROMOÇÃO DA CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL		
PROPOSIÇÃO (P)	P5 - MANEJO DE AGROTÓXICOS E PRODUTOS PERIGOSOS		
JUSTIFICATIVA:	Os produtores rurais devem seguir as normas técnicas e legislações vigentes quanto ao uso, manejo e descarte correto das embalagens vazias de agrotóxicos. Propõe-se a realização, por parte do poder público, de ações conjuntas de incentivo e instalação de barracões comunitários para recebimento de embalagens de defensivos agrícolas, com apoio de instituições afins e revendedores, para o recolhimento, armazenamento, manuseio e envio aos órgãos de reciclagem, conforme legislação federal e estadual existente. Em paralelo, necessita-se da constante fiscalização municipal quanto ao cumprimento das restrições legais acerca do uso dos agrotóxicos e produtos perigosos em geral, sobretudo nas áreas de manancial de abastecimento público, cujos usos são proibidos.		
LOCALIZAÇÃO	Todo o município.		
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE/ ODS	AMBIENTAL		  
AÇÕES ESPECÍFICAS			
1	Restringir o uso de agrotóxicos nas áreas de mananciais de abastecimento público de água		
2	Proibir a instalação de estabelecimentos como barracões e depósitos de pesticidas, agrotóxicos, defensivos agrícolas, todo e qualquer produto químico que possa gerar algum tipo de toxicidade nas áreas urbanizadas do Município.		
3	Fiscalizar e monitorar os agentes poluidores dos solos e cursos d'água na área urbana e rural, tais como: resíduos sólidos dispostos inadequadamente e não tratados, ferros-velhos, oficinas mecânicas, atividades econômicas - agropecuárias, industriais e agroindustriais - potencialmente poluidoras, disposição inadequada de resíduos na área rural (agrotóxicos, defensivos agrícolas, fertilizantes, esgotos domiciliares das comunidades rurais), entre outros.		
4	Incentivar a instalação no município, de barracões comunitários de recebimento de embalagens de defensivos agrícolas, com apoio de revendedores, para o recolhimento, armazenamento, manuseio e envio aos órgãos de reciclagem, conforme legislação federal e estadual existente.		

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

1.2. PROPOSTAS DO EIXO SOCIOESPACIAL

As propostas do Eixo Socioespacial consistem na determinação de programas e projetos que objetivam adequar os Equipamentos, Moradias, Infraestruturas e Serviços públicos ofertados aos seus habitantes, buscando sua ampliação e otimização tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população e a prospecção para os próximos 10 anos.

As proposições que seguem visam a adequação dos diversos sistemas que integram a rede de serviços e os equipamentos públicos disponíveis à população, sendo subdivididas para o Eixo Socioespacial, da seguinte forma:

- Propostas para garantir os direitos à terra urbana e moradia (habitação);
- Propostas para os serviços públicos (saúde, educação, cultura, esporte, lazer, serviços sociais, segurança);
- Propostas de saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e resíduos sólidos);
- Propostas de infraestrutura urbana e transporte (circulação, transporte, acessibilidade, energia elétrica, iluminação pública e comunicação).

Nos quadros a seguir, estão relacionadas as justificativas, localizações e interrelações com as dimensões de sustentabilidade (ODS), e com as diretrizes previstas.

1.2.1. PROPOSTAS PARA GARANTIR OS DIREITOS À TERRA URBANA E MORADIA

Nos últimos anos, o conceito de direito à moradia adequada tem estado integrado ao conceito de cidade sustentável. O direito humano à cidade sustentável é estabelecido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as gerações presentes e futuras (DEHSCA BRASIL, 2008).

O município necessita de ações efetivas de produção de moradia para minimizar os índices de Déficit Habitacional. Por outro lado, apresenta diversos vazios urbanos, não cumprindo com a função social da propriedade, tendo imensas glebas ainda não parceladas, potenciais para produção de moradia a todas as faixas salariais ou outra função social da propriedade. Assim, o parcelamento compulsório, seguido do IPTU Progressivo no Tempo, configuram-se em importantes instrumentos urbanísticos para minimizar ou mesmo evitar lotes ociosos e a especulação imobiliária.

QUADRO 7: PROPOSIÇÃO PARA A GARANTIA DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA CIDADE

EIXO (E)	E2 - SOCIOESPACIAL		
DIRETRIZ (D)	D1 - SUSTENTABILIDADE E ESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL		
PROPOSIÇÃO (P)	P6- GARANTIA DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA CIDADE		
JUSTIFICATIVA:	O acesso à moradia adequada deve estar integrado ao conceito de cidade sustentável. Desse modo, Medianeira necessita promover mudanças estruturais tanto físicas quanto conceituais a fim de ampliar o direito a seus munícipes, à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos de maneira adequada e integrada.		
LOCALIZAÇÃO	Sede urbana, distritos e localidades rurais.		
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE ODS	SOCIOESPACIAL (USO E OCUPAÇÃO DO SOLO)		 
AÇÕES ESPECÍFICAS			
1	Controlar a dinâmica do mercado imobiliário através da aplicação da legislação de uso e ocupação do solo, bem como dos instrumentos urbanísticos, que induzirão o crescimento ordenado da cidade, valorizando setores diversos para parcelamentos, negócios e edificações.		
2	Promover a ocupação dos vazios urbanos, por meio da implantação das diretrizes e conexões viárias propostas.		
3	Promover a criação e implantação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) por meio de legislação específica, possibilitando inclusive parcerias e benefícios aos proprietários de terras que queiram criar ZEIS.		
4	Elaborar Plano de Regularização Fundiária para as áreas de ocupação irregular, passíveis de regularização, contemplando a realocação ou urbanização, quando necessário.		
5	Elaborar a revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).		
6	Realizar a realocação das famílias em áreas de risco, vulnerabilidade ambiental e/ou em áreas de preservação permanente (APPs).		

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.



1.2.2. PROPOSTAS PARA SERVIÇOS PÚBLICOS

A dimensão sociocultural pode ser considerada como um aspecto fundamental para o desenvolvimento das cidades. Além de permitir a interação das comunidades por meio de políticas culturais, esteja intimamente ligada à formação da identidade de indivíduos e comunidades e ao senso de pertencimento das pessoas em relação ao meio em que vivem.

Esta dimensão permite a humanização das cidades, uma vez que seus diversos movimentos estimulam: a união de comunidades diferentes; a criação e a preservação do patrimônio urbano material e intangível; o combate aos estigmas que permeiam a exclusão social; o respeito a comunidades tradicionais; o estímulo ao desenvolvimento econômico – seja pelo patrimônio já existente, seja pela cultura criativa; a queda da violência pelo estímulo ao sentimento de identidade coletiva; a preservação do ambiente por iniciativas da própria comunidade; o fortalecimento dos mecanismos de resistência e pressão política; a promoção da saúde; o desenvolvimento de condições de convivência e mobilidade nas cidades, entre outros exemplos.

Assim, a seguir estão dispostas as proposições vinculadas à diretriz “ampliação e otimização dos serviços públicos”, para os temas: Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Pública, Esportes, Lazer, Recreação e Cultura.



QUADRO 8: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SAÚDE

EIXO (E)	E2 - SOCIOESPACIAL		
DIRETRIZ (D)	D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS		
PROPOSIÇÃO (P)	P7 - ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SAÚDE		
JUSTIFICATIVA:	De acordo com a Prefeitura Municipal (MEDIANEIRA, 2021), ainda não há cobertura total da população pela rede que atende à Saúde da Família, além da necessidade de contratação de mais profissionais de saúde. Há carência de profissionais concursados em diversas funções. A distribuição das UBS nas áreas urbanas é satisfatória, em relação à razão de uma UBS para 4.000 habitantes, o ideal para a população urbana prevista para 2021 (68.104 habitantes) seriam 17 ESF. De acordo com dados da Prefeitura, considerando os próximos 05 anos (médio prazo) a construção de mais 03 Unidades Básicas de Saúde, a serem implantadas nas áreas de ampliação de perímetro supriria a demanda, devendo ser revista na próxima revisão do PAI, em função do incremento populacional previsto e novas necessidades. Além disso, se faz necessária a reforma e readequação de algumas unidades básicas existentes.		
LOCALIZAÇÃO	Toda a sede urbana (em especial as porções a norte e a leste, nas quais o perímetro foi ampliado e demais adequações e/ou ampliação das UBS existentes conforme mapeamento e diagnóstico local futuro da secretaria da Saúde).		
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE ODS	SOCIOESPACIAL		
			
AÇÕES ESPECÍFICAS			
1	Adequar as estruturas de prestação dos serviços de saúde à demanda a partir da ampliação e/ou reformas das unidades existentes, bem como ampliação do Programa Estratégia Saúde da Família – ESF, proporcionando melhor atendimento na área da saúde e qualidade de vida da população.		
2	Estruturar e equipar as 03 novas UBS em processo de construção.		
3	Construir mais 03 UBS nos bairros em que se propõe a ampliação do perímetro (Belo Horizonte, Ipê e Panorâmico).		
4	Realizar concursos públicos para contratação de novos profissionais de saúde, de modo a suprir as carências e especializar os serviços prestados, conforme a demanda.		
5	Realizar estudos sobre os principais aspectos locais que geram riscos à saúde da população de Medianeira, com o objetivo de identificar as deficiências e as potencialidades para resolução destas.		
6	Manter o sistema da Secretaria Municipal de Saúde e seu banco de dados atualizado e informatizado, a fim de subsidiar o planejamento, a execução e a avaliação das ações e serviços, bem como sua interligação com o sistema de informação em saúde (Municipal, Estadual e Federal).		

FONTE: PMM, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.



QUADRO 9: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

EIXO (E)	E2 - SOCIOESPACIAL		
DIRETRIZ (D)	D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS		
PROPOSIÇÃO (P)	P8 - ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO		
JUSTIFICATIVA:	As maiores demandas na oferta de estabelecimentos de ensino público estão ligadas à educação infantil (atendimento de crianças de 0 a 3 anos) nos bairros Panorâmico e Jardim Irene, necessidade de ampliação de atendimento e possibilidade de atendimento em tempo integral dos alunos no bairro Belo Horizonte e bairro Ipê. Com relação à análise por raios de abrangência (metodologia baseada em GOUVÊA, 2008), os Centros de Educação Infantil (CMEI), apesar de distribuídos por toda a área urbana, acabam sendo insuficientes em alguns bairros, uma vez que sua cobertura deve considerar o raio de abrangência de 300 metros. Segundo a Secretaria de educação são necessárias melhorias nos espaços destinados às aulas de educação física e ampliação de novas salas de aula para atender ao aumento da população municipal (em quase todas as escolas municipais).		
LOCALIZAÇÃO	Toda a sede urbana (em especial Panorâmico, Jardim Irene, Belo Horizonte, Ipê, Centro e Cidade Alta).		
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE ODS	SOCIOESPACIAL		 
AÇÕES ESPECÍFICAS			
1	Construir e equipar novos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) com o objetivo de ampliar o atendimento nos bairros Panorâmico, Jardim Irene e Ipê.		
2	Construir e equipar novas Escolas Municipais nos bairros Belo Horizonte e Ipê.		
3	Ampliar estruturas físicas e número de salas nas unidades escolares conforme a demanda.		
4	Manter a qualidade da estrutura de todas as unidades escolares (CMEIs e escolas de ensino fundamental), bem como dos seus equipamentos e aparelhamentos.		
5	Construir uma nova quadra de esportes na escola Plínio Tourinho no bairro Cidade Alta.		
6	Reformar e adequar os espaços destinados às aulas de educação física nas Escolas Municipais.		
7	Viabilizar a implantação de turno integral dos alunos nas Escolas Municipais dos bairros Belo Horizonte e Ipê.		
8	Proporcionar atenção especial aos profissionais que atuam na rede pública de educação, valorizando-os e capacitando-os para o exercício de suas atividades, assegurando profissionais habilitados, em nível superior, para todas as áreas e níveis escolares.		
9	Implantar o Processo Digital - Modernização do sistema.		
10	Ampliar o quadro técnico pedagógico da educação de acordo com a demanda atual e o seu crescimento.		

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.



QUADRO 10: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EIXO (E)	E2 - SOCIOESPACIAL		
DIRETRIZ (D)	D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS		
PROPOSIÇÃO (P)	P9 - ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
JUSTIFICATIVA:	<p>Segundo a Prefeitura Municipal (2021) são necessidades da Assistência Social no município a construção e reforma de edificações para o melhor funcionamento dos serviços, além da estruturação dos recursos humanos que compõem as equipes dos serviços em conformidade com a Norma Operacional Básica dos Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS. Atualmente, o CRAS Medianeira necessita de uma ampla reforma do espaço ou a realocação do CRAS para uma edificação em área central de fácil acesso a toda a população devido à característica de espalhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social no município, além de uma segunda unidade de CRAS no Bairro Jardim Irene. Se ressalta a necessidade de um equipamento específico para sede do Serviço de Acolhimento Familiar e para a sede do Conselho Tutelar (com recursos previstos da emenda parlamentar nº 202140740001 advinda do Ministério da Economia, de autoria do Deputado Federal Vermelho, no valor de R\$ 300.000,00 a serem destinados para este fim). Também se destaca a necessidade de edificações destinadas à Proteção Social Especial de Média Complexidade (Centros Dia para idosos e pessoas com deficiência) e de Alta Complexidade (espaço para o acolhimento de idosos), especialmente ao considerar o envelhecimento populacional previsto nas projeções populacionais e a alteração da pirâmide etária da cidade, demonstrando um aumento de cerca de 15% no número de idosos até 2040 (IPARDES, 2018), além de implantar os Programas de Guarda Subsidiada e de Apadrinhamento Afetivo, voltados ao atendimento das Crianças e adolescentes.</p>		
LOCALIZAÇÃO	Toda a sede urbana (em especial Jardim Irene, Centro e Ipê).		
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE ODS	SOCIOESPACIAL	   	
AÇÕES ESPECÍFICAS			
1	Ampliar e reformar a sede do CRAS e implantar uma nova unidade no bairro Jardim Irene.		
2	Construir e aparelhar uma edificação para a sede do Conselho Tutelar.		
3	Construir e aparelhar uma edificação para a sede do Serviço de Acolhimento Familiar (Proteção Social Especial de Alta Complexidade) em Família Acolhedora prioritário para idosos e pessoas com deficiência e para Crianças e adolescentes.		
4	Construir estabelecimentos municipais de Proteção Social Especial de Média Complexidade, sendo eles: Centro Dia para atendimento de idosos e Centro Dia para atendimento de pessoas com deficiência.		
5	Manter a qualidade da estrutura dos equipamentos de assistência social, bem como dos seus equipamentos e aparelhamentos.		
6	Implantar o Programa de Guarda Subsidiada, serviço de orientação e apoio sociofamiliar às famílias de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades sociais com vínculos ameaçados ou fragilizados.		
7	Implantar o Programa de Apadrinhamento Afetivo e Financeiro, voltado para crianças e adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional ou familiar.		
8	Elaborar programas e projetos voltados ao atendimento à população idosa.		



9	Manter os programas e projetos para inclusão social das pessoas com deficiência e para geração de renda das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, com encaminhamento para emprego na Agência do Trabalhador do município.
10	Elaborar programas e projetos de atenção à primeira infância.
11	Promover capacitação dos profissionais municipais para a realização de serviço especializado no atendimento de pessoas com deficiência, idosos e suas famílias.
12	Estruturar e ampliar os recursos humanos que compõem as equipes dos serviços em conformidade com a Norma Operacional Básica dos Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS, através de concurso público.

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

QUADRO 11: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

EIXO (E)	E2 - SOCIOESPACIAL	
DIRETRIZ (D)	D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	
PROPOSIÇÃO (P)	P10 - ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
JUSTIFICATIVA:	<p>Conforme dados repassados pela prefeitura e pelo Conselho de Segurança de Medianeira as principais deficiências da segurança pública são o aumento da criminalidade, o baixo efetivo forças policiais, a falta de patrulhamento nos bairros e áreas rurais, equipamentos deficitários, diversos pontos da cidade com baixa luminosidade, inexistência de sistema de monitoramento remoto, quantidade elevada de ocupações irregulares criando locais em que as pessoas vivem marginalizadas e o alto índice de acidentes, principalmente envolvendo motociclistas, comprometendo significativamente a segurança do trânsito. Considerando o raio de abrangência de 800 metros (vinculado à caminhabilidade da população para o acesso do serviço de segurança pública), os equipamentos de segurança estão concentrados apenas na porção Centro-Oeste da Sede, onde se localizam diversos bairros populosos, no entanto demais porções urbanas, especialmente na região norte e leste não possuem cobertura, bem como no Distrito de Maralúcia e na Área Industrial.</p>	
LOCALIZAÇÃO	Todo o município (sede urbana, distrito e área rural).	
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE ODS	SOCIOESPACIAL	 
AÇÕES ESPECÍFICAS		
1	Intervir junto ao Governo do Estado e Federal para a reforma e melhoria dos equipamentos existentes e construção de novos postos policiais ou de apoio nos bairros Condá/Belo Horizonte, Centro, Ipê/Nazaré e Jardim Irene/Frimesa.	
2	Intervir junto ao Governo do Estado e Federal para o aumento do efetivo das forças policiais no município.	
3	Intervir junto ao Governo do Estado e Federal para construir postos policiais ou de apoio no Distrito de Maralúcia, na Área Industrial e nas principais comunidades rurais.	
4	Substituir as luminárias públicas por tecnologia LED, realizar poda constante das árvores e promover a elaboração e implementação do plano de arborização para melhorar os pontos com baixa luminosidade, além de reestruturar os espaços urbanos que transmitam insegurança a população.	



5	Intervir junto ao Governo do Estado e priorizar recursos de modo a intensificar o policiamento através de patrulhamento nas áreas mais críticas do Município
6	Implantar a Sistema de Segurança monitorado (câmeras de segurança) em pontos estratégicos, através de parceria público privada.
7	Planejamento visando impedir invasões e conseqüente criação de locais com pessoas vivendo marginalizadas e mais propensas a ações criminosas.
8	Promover campanhas de conscientização de segurança no trânsito, distribuição de manuais de educação no trânsito, além de aumentar a fiscalização.
9	Realizar, através do Conselho Municipal de Segurança Pública, palestras e atividades educativas com a população com conteúdo sobre questões de segurança.
10	Promover, através do Conselho Municipal de Segurança Pública, a distribuição de manuais de orientação e proteção do cidadão dos diversos tipos de ação criminosa, reduzindo as vulnerabilidades, bem como orientações na prevenção ao uso de drogas.

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.



QUADRO 12: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO

EIXO (E)	E2 - SOCIOESPACIAL	
DIRETRIZ (D)	D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	
PROPOSIÇÃO (P)	P11 - ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ESPORTE-LAZER-RECREAÇÃO	
JUSTIFICATIVA:	No tocante ao esporte, Medianeira conta com um conjunto poliesportivo, um ginásio de esportes, um módulo esportivo e uma quadra de esportes municipais. Além desses, o município possui 24 campos de futebol, 11 canchas de bocha, 9 ginásios de esportes, 1 módulo esportivo, 1 pista de bolão, 8 quadras cobertas, 1 quadra de voleibol e futevôlei. Segundo informações da Secretaria de Educação são necessárias melhorias nos espaços destinados às aulas de educação física nas escolas. Conforme a análise por raios de abrangência, os equipamentos de esportes (que possuem ampla oferta e variedade) apresentam distribuição boa territorial e está atendida satisfatoriamente com base nos critérios de ROMANINI (2007). A capacidade de suporte dos equipamentos de esporte foi e a sede urbana. As áreas públicas de lazer do município estão concentradas no centro da sede urbana e em seu entorno, influenciando positivamente na qualidade de vida dos munícipes. No entanto, deveriam ser estendidas para outros bairros mais periféricos, especialmente ampliação de áreas verdes e parques urbanos.	
LOCALIZAÇÃO	Todo o município (sede urbana, distrito e área rural).	
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE ODS	SOCIOESPACIAL	 
AÇÕES ESPECÍFICAS		
1	Manter a qualidade da estrutura dos equipamentos destinados à prática esportiva, bem como dos seus equipamentos e aparelhamentos.	
2	Reformar e readequar estabelecimentos e equipamentos municipais lazer e recreação visando promover a adequação para o acesso das pessoas com deficiências.	
3	Implantar Parques Urbanos e Lineares ao longo dos rios com equipamentos destinados ao lazer e recreação da população (Rio Alegria e sangas na Sede).	
4	Ampliar investimentos e valorizar o setor de lazer e recreação através da construção e/ou implantação de novas praças ou áreas públicas que sejam seguras e acessíveis a toda a comunidade.	
5	Instalar aparelhos de ginástica (academias ao ar livre) em locais estratégicos e viabilizar a manutenção e conservação através de programa em que as empresas adotem e mantenham esses espaços.	
6	Incentivar o desenvolvimento do esporte profissional e a realização de eventos esportivos com o objetivo de divulgar o Município e desenvolver o turismo local, especialmente os esportes aquáticos e o ciclismo.	
7	Promover e diversificar as atividades esportivas, de lazer e recreação no Município, de forma que auxiliem no desenvolvimento físico e social da comunidade.	
8	Elaborar programas e projetos para planejamento do espaço urbano voltado à primeira infância, promovendo especialmente espaços de lazer e recreação para os pequenos.	
9	Incrementar as atividades esportivas locais com o objetivo de divulgar o Município, através do setor de esportes, em nível regional, estadual, federal e internacional.	

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.



QUADRO 13: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE CULTURA

EIXO (E)	E2 - SOCIOESPACIAL	
DIRETRIZ (D)	D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	
PROPOSIÇÃO (P)	P12 - ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE CULTURA	
JUSTIFICATIVA:	<p>Os principais equipamentos destinados à cultura em Medianeira são a Biblioteca Pública Municipal e o Centro Cultural Arandura. Conforme o critério de análise em relação ao atendimento para centros culturais (ROMANINI, 2007), de 400 m² de área construída para cada 6.000 habitantes, seriam necessários 2.782 m² de área construída para a população urbana de 41.743 pessoas prevista para 2021 (na sede). O atual Centro Cultural apresenta 1.756 m². Além desse aspecto, ressalta-se a necessidade de ampliação da Fundação de Amparo à Cultura e Educação de Medianeira (FUNDACEM), para maior fortalecimento das ações destinadas à cultura no município. Os equipamentos culturais existentes possuem diversidade de funções, ofertam cursos e palestras e contemplam diversificadas alternativas culturais para o lazer urbano, tais como exposições permanentes e itinerantes. Quanto à distribuição, os equipamentos culturais concentram-se no centro, havendo a carência de equipamentos de menor porte nos bairros. Conforme levantamento junto à Prefeitura Municipal (2021), existe a necessidade de reforma estrutural do Centro Cultural Arandura, destinação de um espaço físico apropriado para a administração da FUNDACEM, ampliação dos espaços culturais existentes para abrigar mais oficinas e eventos culturais, além da construção de novos equipamentos culturais complementares, principalmente de espaços de lazer e cultura nos bairros, auxiliando no atendimento cultural descentralizado. Somado a isso verifica-se a necessidade de aumentar os programas e projetos de incentivo na área cultural, de forma a aumentar o número de eventos, festivais e oficinas organizados no município.</p>	
LOCALIZAÇÃO	<p>Ações focais: Bairros descentralizados (Belo Horizonte, Jardim Irene, Independência, Itaipu, Nazaré, Ipê) Ações institucionais: todo o município (sede urbana, distritos e área rural).</p>	
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE ODS	SOCIOESPACIAL	 
AÇÕES ESPECÍFICAS		
1	Construir ou adaptar edificações existentes para instalação de pequenos equipamentos culturais nos bairros tais como pontos de cultura ¹ .	
2	Ampliar a FUNDACEM e destinar de um espaço físico para sua sede administrativa.	
3	Realizar a reforma estrutural do Centro Cultural Arandura.	
4	Reformar, ampliar, manter, equipar, reestruturar, requalificar e promover a democratização do acesso aos bens, serviços e equipamentos artísticos e culturais, através da aquisição de novos equipamentos, reforma, conservação e adequação da acessibilidade nos espaços culturais.	
5	Implementar e manter a Casa da Memória, com acervo digitalizado, a fim de estimular a preservação, documentação e restauração de bens móveis, acervos museológicos, arquivísticos e bibliográficos e de bens integrados.	
6	Promover a realização do mapeamento do patrimônio cultural municipal e da disponibilização dos dados existentes em conteúdo multimídia.	

¹ Pontos de cultura são projetos financiados e apoiados institucionalmente pelo Ministério da Cultura e implementados por entidades governamentais ou não governamentais. Visam à realização de ações de impacto sociocultural nas comunidades (IBGE, MUNIC – Perfil dos Municípios, 2018).



7	Promover ações de educação para a preservação do patrimônio histórico artístico e cultural, material e imaterial, voltadas para a compreensão e o significado do patrimônio e da memória coletiva, em suas diversas manifestações como fundamento da cidadania, da identidade e da diversidade cultural, através de parcerias com instituições de ensino e outras entidades.
8	Elaborar programas e projetos para o crescimento cultural e incentivo à realização de eventos, festivais e oficinas no município.
9	Fomentar o Festival Nacional de Teatro, música, dança e eventos voltados à valorização da cultura local.

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.



1.3. PROPOSTAS DE SANEAMENTO AMBIENTAL

As propostas para o Saneamento Ambiental de Medianeira consistem na determinação de proposições que objetivam adequar os sistemas de saneamento ambiental ofertados aos seus habitantes, buscando sua melhoria, ampliação e otimização tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população e a prospecção para os próximos 10 anos.

Tem como principal objetivo a adequação e garantia universal dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos. Nos quadros a seguir estão relacionadas às justificativas, localizações e interrelações com as dimensões de sustentabilidade (ODS), e com as diretrizes previstas para a otimização e ampliação do sistema de saneamento existentes.

Reforça-se, contudo, a necessidade de implementação das ações previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2018).

QUADRO 14: PROPOSIÇÃO PARA A ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

EIXO (E)	E2 - SOCIOESPACIAL		
DIRETRIZ (D)	D3 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO		
PROPOSIÇÃO (P)	P13 - ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		
JUSTIFICATIVA:	A rede de abastecimento de água no município abrange aproximadamente 100% da área urbana. No entanto, há necessidade de adequações no sistema existente, já previstos pela SANEPAR (2021), como substituição da captação atual no rio Alegria pela captação no Rio Ouro Verde, reformas e ampliações das Estações de Tratamento de Água (ETAs) e Estações Elevatórias (EET), dentre outros. O atendimento por água potável nas localidades rurais também necessita de melhorias e adequações. Assim, esta proposta visa promover o atendimento universal de água potável a todos os municípios, conforme as ações abaixo.		
LOCALIZAÇÃO	Sede urbana, Distrito de Maralúcia e localidades rurais.		
ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE	SOCIOESPACIAL		
AÇÕES ESPECÍFICAS			
1	Acompanhar e fiscalizar junto ao órgão responsável pelo sistema de saneamento básico (SANEPAR), a efetivação das propostas previstas de melhoria e ampliação da rede de distribuição de água, melhorias na captação atual, reformas e ampliação nas ETAs, EETs, dentre outros, visando o atendimento da demanda atual e projetada, em conformidade com o disposto na Lei Federal N 14.026/2020.		
2	Monitorar a qualidade do serviço de abastecimento de água, com a utilização dos seguintes parâmetros: abrangência; frequência do atendimento; qualidade da água que chega ao consumidor, utilizando os parâmetros institucionalizados (normas e resoluções federais); satisfação do usuário por meio de pesquisa de opinião.		
3	Promover a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2018), que contém as principais metas, ações, prazos e investimentos.		
4	Auxiliar as associações distritais (distrito e localidades rurais), para a regulamentação e monitoramento dos poços e do sistema de abastecimento de água.		
5	Realizar reparos e melhorias emergenciais para evitar as perdas de água tratada e, conseqüentemente, redução de gastos com energia e desperdício de água e recursos financeiros, visando melhorias em todo o sistema de abastecimento de água.		
6	Controlar e monitorar a qualidade e a captação da água subterrânea, principalmente na área rural, para que as atividades agropecuárias e efluentes com potencial poluidor não comprometam a qualidade da água.		
7	Elaborar programa de IPTU Verde, apontando os indicadores e parâmetros de medição de redução na utilização do consumo de água pelo munícipe (redução no consumo de água comprovado).		
8	Elaborar campanhas para o uso racional da água bem como para o reuso da água (água cinza), com aplicação de bônus para os que economizarem (IPTU Verde).		
10	Elaborar estudo sobre a viabilidade de implantação de uma autarquia municipal de serviços de abastecimento de água e esgoto.		

FONTE: SANEPAR, 2021; MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.



QUADRO PROPOSIÇÃO PARA A AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

EIXO (E)	E2 - SOCIOESPACIAL		
DIRETRIZ (D)	D3 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO		
PROPOSIÇÃO (P)	P14 - AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		
JUSTIFICATIVA:	<p>Quanto ao esgotamento sanitário, de acordo com informações repassadas pela SANEPAR (2021), o atendimento é de cerca de 41% da população urbana, com obras já em andamento e previsão para o ano de 2024, chegar a 65% de atendimento da população urbana da sede. A proposição de ampliação do sistema de esgotamento sanitário é imprescindível tendo em vista o elevado risco de contaminação do lençol freático municipal, bem como da microbacia de captação de água atual e a consequente minimização de problemas ambientais e de saúde à população. Além disso, o município necessita de um banco de dados atualizado, com cadastro técnico da rede coletora e seus dispositivos, o que auxilia na eficiência da gestão e do planejamento de ações de curto, médio e longo prazo para alcançar a universalização do sistema de coleta e tratamento de efluentes domésticos, como prevê a Lei Federal 14.026/2020. Em relação ao Distrito de Maralúcia e localidades rurais, há necessidade da realização de cadastro das soluções individuais de esgoto (grande maioria fossas sépticas), por meio de parcerias municipais junto à SANEPAR, EMBRAPA e FUNASA, visando à implantação de sistemas comunitários de esgotamento sanitário ou soluções individuais nas áreas rurais não atendidas.</p>		
LOCALIZAÇÃO	Sede urbana, Distrito de Maralúcia e localidades rurais.		
ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE	SOCIOESPACIAL		 
AÇÕES ESPECÍFICAS			
1	Acompanhar e fiscalizar junto ao órgão responsável (SANEPAR), pelo sistema de esgotamento sanitário (rede de coleta e tratamento de esgoto), a efetivação das propostas previstas de ampliação da rede coletora (para chegar ao atendimento de 65% em curto prazo), especialmente na porção leste da sede, onde se encontra a captação atual de água, para abastecimento público), melhorias e implantação de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), dentre outros, visando o atendimento da demanda atual e projetada, em conformidade com o disposto na Lei Federal N 14.026/2020.		
2	Implantar programa em conjunto com a SANEPAR, FUNASA, Vigilância Sanitária e universidades para controlar e orientar a desativação de fossas sépticas, à medida que forem implantadas as redes públicas de esgoto, dentre de prazo estipulado em lei, assim como combater as ligações irregulares na sede urbana.		
3	Estabelecer parcerias com a Vigilância Sanitária e Universidades, EMBRAPA e/ou IAT e FUNASA para viabilizar projetos de implantação, monitoramento e fiscalização dos sistemas comunitários e/ou individuais na área rural e Distrito de Maralúcia.		
4	Monitorar os corpos receptores do efluente da ETE, para adoção de medidas preventivas e corretivas, evitando a alteração das características naturais dos corpos d'água. Esse processo se faz através da criação de um banco de dados das análises.		

FONTE: SANEPAR, 2021; MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

QUADRO 15: PROPOSIÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM SUPERFICIAL NA ÁREA URBANA

EIXO (E)	E2 - SOCIOESPACIAL		
DIRETRIZ (D)	D3 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO		
PROPOSIÇÃO (P)	P15 - ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM SUPERFICIAL NA ÁREA URBANA		
JUSTIFICATIVA:	<p>Quanto à drenagem pluvial, em decorrência da impermeabilização excessiva nas áreas urbanas; insuficiência dos sistemas existentes, das baixas declividades de terreno, que impedem o eficiente escoamento das águas superficiais, além da ocupação urbana às margens de importantes rios como o Alegria, são fatores que contribuem para a ocorrência de alagamentos, alertando para a necessidade de melhoria dos sistemas de micro e macro drenagem.</p> <p>Ademais, a inexistência de um cadastro atualizado e integrado ao SIG municipal quanto à rede existente de microdrenagem, dificulta a identificação pontual dos principais problemas, sejam estes decorrentes do subdimensionamento ou até mesmo da inexistência de dispositivos, sendo necessário o mapeamento dos mesmos.</p> <p>Para um eficiente manejo das águas pluviais faz-se necessária a implantação de medidas sustentáveis que busquem o controle do escoamento na fonte, seja por meio de infiltração ou retenção no próprio lote ou loteamento das águas advindas das chuvas, sendo extremamente relevante a revisão dos índices de permeabilidade, assim como a definição e obrigatoriedade de instalação de mecanismos de controle, retenção e captação da água de chuva. Ainda para otimizar a estrutura existente e aquelas ainda a serem instaladas, faz-se necessário implementar um cronograma de manutenção preventiva da rede de drenagem de água pluvial, visando eliminar riscos de obstrução nas tubulações e do escoamento eficiente.</p>		
LOCALIZAÇÃO	Sede urbana, Distrito de Maralúcia e localidades rurais.		
ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE	SOCIOESPACIAL	  	
AÇÕES ESPECÍFICAS			
1	Manter atualizado o cadastro georreferenciado da rede de drenagem do município, contemplando todos os dispositivos do sistema de drenagem urbana.		
2	Realizar a recuperação do sistema de drenagem da sede urbana (macro e microdrenagem) para reduzir problemas de insuficiência e deficiência das redes existentes e das bocas de lobo.		
3	Elaborar estudo para implantação de jardins drenantes nas avenidas, praças e calçadas largas.		
4	Promover a captação, armazenamento e utilização das águas pluviais na sede urbana, pelas edificações cuja área total construída por unidade seja igual ou superior a 100m ² , de acordo com lei específica.		
5	Fiscalizar as ligações clandestinas de esgotamento sanitário em galerias pluviais e corpos hídricos.		
6	Intensificar a fiscalização com relação às áreas de risco, ocupações irregulares, de fundos de vale.		
7	Realizar ações periódicas de limpeza e/ou dragagem de córregos urbanos.		

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.



QUADRO 16: PROPOSIÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, RECICLÁVEIS E LIMPEZA PÚBLICA

EIXO (E)	E2 - SOCIOESPACIAL		
DIRETRIZ (D)	D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO		
PROPOSIÇÃO (P)	P16 - ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, RECICLÁVEIS E LIMPEZA PÚBLICA		
JUSTIFICATIVA:	<p>O sistema de coleta de resíduos sólidos no município atende amplamente a população municipal quanto à coleta, destinação e descarte no aterro sanitário municipal. No entanto, a gestão e manejo dos serviços necessita ser otimizada, sobretudo quanto às frequências de coleta na sede urbana e distrito, além de pontos específicos para a coleta dos resíduos nas localidades rurais.</p> <p>Além disso, o Aterro Sanitário apesar de licenciado e com vida útil para os próximos 10 anos, localiza-se em área bastante nobre para expansão urbana, sendo estratégica a elaboração de estudos de alternativas locais para sua realocação ou mesmo integração de consórcios intermunicipais, em parceria com a Itaipu Binacional.</p> <p>Também há a necessidade de implementar mecanismos eficientes para o monitoramento e a fiscalização dos terrenos baldios particulares existentes na cidade, buscando a manutenção e limpeza periódica por parte de seus proprietários, reduzindo riscos à segurança e à saúde pública. Por fim, vislumbra-se a necessidade de promoção de incentivos às cooperativas e associações de reciclagem do município.</p>		
LOCALIZAÇÃO	Sede urbana, Distrito de Maralúcia e localidades rurais.		
ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE	SOCIOESPACIAL		 
AÇÕES ESPECÍFICAS			
1	Promover melhorias no sistema de coleta de resíduos sólidos urbanos, mediante otimização do cronograma e dos setores de coleta.		
2	Treinar servidores públicos e membros das cooperativas/associações para manejo adequado dos resíduos sólidos: recicláveis, poda de vegetação, orgânicos, entre outros.		
3	Elaborar campanhas e Programa de Coleta Seletiva, de modo a incentivar à prática de separação de resíduos recicláveis, com identidade visual.		
4	Reestruturar o Centro de Triagem/Reciclagem (que poderá ser integrada a nova área do aterro pelo Consórcio Municipal de Resíduos).		
5	Implantar sistemas de compostagem e composteiras no município, que além de reduzir o volume dos resíduos de alimentos, por exemplo, evita desperdícios, resultando em produtos reutilizáveis como adubos e fertilizantes, corretores de solo, matéria-prima para geração de energia, dentre outros.		
6	Elaborar estudo para geração de energia por meio dos resíduos sólidos urbanos, como o biogás e biometano dos resíduos, que poderão servir como fontes de energia térmica, energia elétrica e combustível para automóveis.		



7	Acompanhar o cumprimento da logística reversa ² no município, por meio de legislação e fiscalização, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal n.12.305/2010).
8	Elaborar estudo de alternativa locacional para novo Aterro Sanitário e de viabilidade econômica para Medianeira integrar um Consórcio Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos.
9	Elaborar estudo de viabilidade para implantação dos pontos de entrega voluntária de materiais recicláveis, com recipientes próprios para o acondicionamento em locais estratégicos e prédios públicos (escolas, repartições públicas, ginásios de esporte, bem como em ponto central no Distrito de Maralúcia e comunidades rurais), visando auxiliar na gestão e logística de transporte e destinação final dos resíduos.
10	Estimular a implantação de empresas que desenvolvam atividades recicladoras no Município.
11	Estabelecer parceria com as associações e cooperativa de reciclagem de resíduos sólidos existente para ampliação de suas atividades.
12	Otimizar os serviços de limpeza pública, ampliando a cobertura do serviço de varrição e estabelecendo cronograma para os demais serviços (poda, capina, roçagem, coleta de resíduos volumosos e limpeza das bocas de lobo e galerias pluviais).

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

² A logística reversa trata do redirecionamento das embalagens e de materiais pós-consumo (pilhas, pneus e lâmpadas) ao setor empresarial, a partir da restituição pelo consumidor, para reaproveitamento no ciclo da própria empresa ou de outro ciclo produtivo.



QUADRO 17: PROPOSIÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE SAÚDE E DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

EIXO (E)	E2 - SOCIOESPACIAL		
DIRETRIZ (D)	D2- AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO		
PROPOSIÇÃO (P)	P17 - ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE SAÚDE E DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS		
JUSTIFICATIVA:	Esta proposição justifica-se pela necessidade de estruturação dos sistemas de coleta de resíduos da construção civil, de saúde e de atividades agropecuárias, os quais podem resultar em significativos contaminantes da qualidade ambiental, caso não ocorra o manejo, acondicionamento, transporte, destinação final e gestão adequados		
LOCALIZAÇÃO	Sede urbana, Distrito de Maralúcia e localidades rurais.		
ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE	SOCIOESPACIAL		 
AÇÕES ESPECÍFICAS			
1	Elaborar e regulamentar o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, definir conceitos de grande e pequeno geradores e implementar instrumentos de: regulação, acordo setorial e termo de compromisso com os consumidores, revendedores e fabricantes, direcionando as responsabilidades de cada setor.		
2	Fiscalizar o gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil, bem como a prática de logística reversa.		
3	Fomentar reaproveitamento adequado dos entulhos provenientes da construção civil.		
4	Fiscalizar o gerenciamento dos serviços de coleta e destinação final dos resíduos sólidos de saúde.		
5	Promover e apoiar campanhas de sensibilização sobre o recolhimento de embalagens de produtos defensivos agrícolas e agrotóxicos.		
6	Implantar e manter medidas de controle sobre a destinação final das embalagens de defensivos agrícolas.		

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.



1.4. PROPOSTAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E TRANSPORTE

As propostas para Infraestrutura Urbana e Transporte de Medianeira consistem na determinação de proposições que objetivam adequar os serviços ofertados aos seus habitantes, buscando sua melhoria, ampliação e otimização tendo em vista o incremento da qualidade de vida da população e a prospecção para os próximos 10 anos.

Nos quadros a seguir estão relacionadas às justificativas, localizações e interrelações com as dimensões de sustentabilidade (ODS), e com as diretrizes previstas para a adequação dos diversos sistemas que integram infraestrutura municipal disponível à população.

QUADRO 18: ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, SINALIZAÇÃO, ESTACIONAMENTO E TRANSPORTE AÉREO

EIXO (E)	E2 - SOCIOESPACIAL		
DIRETRIZ (D)	D4 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO INFRAESTRUTURA DE CIRCULAÇÃO, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE		
PROPOSIÇÃO (P)	P18 - ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, SINALIZAÇÃO E ESTACIONAMENTO		
JUSTIFICATIVA:	<p>Ao longo dos últimos anos alguns novos loteamentos externos ao quadrilátero central, ocupações irregulares e o não parcelamento de algumas chácaras, geraram descontinuidades no sistema viário, dificultando a circulação direta em alguns pontos da cidade, sendo importante a implantação de novas ligações viárias, de maneira planejada e a abertura destas vias descontinuadas.</p> <p>A circulação de veículos de carga nas rodovias BR-277 e PR-495, que necessitam acessar e encurtar caminho, geram alguns conflitos no sistema viário, especialmente no viaduto da Av. Brasília, nas marginais da BR-277 (Av. 24 de outubro), na Rua Iguazu e nas trincheiras do centro, sendo necessária a implantação do anel rodoviário contornando a sede urbana, mediante elaboração de estudo de alternativa de traçado e projeto executivo.</p> <p>Atualmente a circulação urbana deve ser revista e reorganizada sendo essencial a elaboração do Plano de Mobilidade Municipal. Na sede urbana a priorização e manutenção de pavimentos deverá ocorrer com base nas características da via, conforme hierarquia, fluxo, importância de ligação entre bairros e comunidades com escoamento de produção, de forma a otimizar os recursos investidos. Adicionalmente verifica-se a ausência de sinalização vertical em grande parte da sede.</p> <p>Ainda, a circulação de pedestres deve ser garantida pela acessibilidade universal, a partir da adequação das rampas e passeios de acordo com a norma de acessibilidade, NBR 9050, além da definição de mecanismos efetivos de fiscalização na legislação municipal e a elaboração e implementação do Plano de Rotas Acessíveis na área central. Somado a isso existem diversas espécies arbóreas indesejáveis as quais devem ser substituídas conforme indicar o Plano de Arborização a ser elaborado e implementado.</p>		
LOCALIZAÇÃO	Sede urbana, distritos e localidades rurais.		
ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE	SOCIOESPACIAL		
AÇÕES ESPECÍFICAS			
1	Elaborar o Plano de Mobilidade Urbana segundo as diretrizes gerais da Lei 12.587/2012 e efetivar o seu cumprimento.		
2	Elaborar e implementar o Plano de Rotas Acessíveis.		
4	Implementar programa de requalificação das calçadas urbanas, de forma a adequar pisos, desníveis, obstáculos e rampas segundo a NBR9050, além de padronizar os semáforos de travessia de pedestres e aumentar a fiscalização de calçadas, passeios e acessibilidade em logradouros públicos.		
5	Implantar faixas elevadas para pedestres em pontos estratégicos.		
6	Revitalizar as praças triangulares entre as diagonais.		
7	Implementar alterações e adaptações no ordenamento do sistema viário, sinalização urbana e acessibilidade, com o objetivo de facilitar o trânsito de pedestres e veículos, principalmente nas regiões centrais da sede urbana.		
8	Viabilizar a implantação de sinalização viária vertical através de Parcerias Público Privadas.		



9	Implantar as diretrizes e conexões viárias propostas (32,88 km) e garantir com que a aprovação dos novos parcelamentos/loteamentos siga as diretrizes viárias previstas na Lei de Sistema Viário, especialmente o prolongamento da Rua João XXIII até a área industrial (3,6 km), além de exigir que sejam realizados em pavimentação asfáltica.
10	Regulamentar e implementar a Zona azul (estacionamento rotativo) na área central e vias de maior fluxo, em especial as vias comerciais.
11	Priorizar a pavimentação e manutenção segundo as características da via, tais como: hierarquia, fluxo, importância de ligação entre bairros e comunidades com escoamento de produção, dentre outros fatores técnicos.
12	Elaborar estudos e projeto executivo para a alternativa do Anel Viário (contornando a sede urbana), a fim de promover a interligação das rodovias BR-277 com PR-495.
13	Promover a implantação de vias marginais na BR-277 para consolidação dos setores industriais e de serviços na sede urbana de Medianeira e atração de empreendimentos industriais, logísticos e de serviços (16,57 km).
14	Promover a identificação, hierarquização e a sinalização das ruas, avenidas, bairros e estabelecimentos de serviços públicos da sede e distritos urbanos, bem como das estradas e comunidades rurais.
15	Fomentar a implantação de pelo menos duas passarelas elevadas e duas novas trincheiras com caixa para 2 pistas, ciclovia e passeio, para transpor a BR-277.
16	Estruturar o Departamento de Trânsito Municipal, com atividades integradas ao SIG, viabilizando fiscalização e adequada gestão da mobilidade e acessibilidade no município, além de melhorias no sistema de comunicação vinculados a mobilidade e monitoramento, controle e avaliação da mobilidade através de parâmetros baseados no Índice de Mobilidade Urbana Sustentável (IMUS).
17	Aumentar a quantidade de fiscais de trânsito e obras no município.

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

QUADRO 19: MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMA CICLOVIÁRIO

EIXO (E)	E2 - SOCIOESPACIAL		
DIRETRIZ (D)	D4 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO INFRAESTRUTURA DE CIRCULAÇÃO, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE		
PROPOSIÇÃO (P)	P19 - MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMA CICLOVIÁRIO		
JUSTIFICATIVA:	<p>O sistema de transporte coletivo municipal necessita de nova configuração baseada na racionalização de itinerários, proporcionando a redução de quilometragem e tempo de viagem, além de contribuir para o entendimento da população dos destinos das linhas, através da setorização da área urbana e nova identificação das linhas, além de melhorias nos aspectos operacionais, no sistema de informação visual, no atendimento ao usuário, na organização administrativa e no regulamento do transporte coletivo.</p> <p>Pela sede urbana apresentar declividades planas e, portanto, satisfatória para a implantação de uma rede cicloviária, propõe-se sua estruturação e conexão com as poucas ciclovias e ciclofaixas existentes.</p>		
LOCALIZAÇÃO	Território Municipal.		
ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE	SOCIOESPACIAL		
AÇÕES ESPECÍFICAS			
1	Implantar rede cicloviária para incentivar deslocamentos por bicicleta, através da implantação de novas ciclovias e ciclofaixas conectadas, conforme diretrizes da Lei de Sistema Viário.		
2	Estabelecer padrões dos elementos do sistema cicloviário como ciclovias/ciclofaixas, bicicletários, paraciclos e sinalizações viárias, assim como instituir a política para o incentivo ao uso de bicicletas e um Programa de Educação de Trânsito.		
3	Elaborar cartilhas educativas e orientativas quanto a segurança viária para ciclistas e pedestres e educação viária para motoristas, além de aumentar o número de ações educativas e de fiscalização no trânsito.		
4	Reconfigurar o transporte coletivo urbano baseada na racionalização de itinerários, redução de quilometragem e tempo de viagem, nova identificação de linhas, além de melhorias nos aspectos operacionais, no sistema de informação visual, no atendimento ao usuário, na organização administrativa e no regulamento do transporte coletivo, bem como a renovação dos pontos de ônibus e revisão das suas localizações.		
5	Implantar a nova rodoviária próxima dos acessos da cidade evitando a circulação pelo centro da cidade.		
6	Elaborar estudo/projeto e implementar o terminal intermodal.		
7	Regulamentar novos tipos de transporte compartilhado (UBER, 99, etc.).		

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.



QUADRO 20: IMPLANTAÇÃO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS, MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA E OTIMIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO

EIXO (E)	E2 - SOCIOESPACIAL		
DIRETRIZ (D)	D5 - OTIMIZAÇÃO INFRAESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
PROPOSIÇÃO (P)	P20 - IMPLANTAÇÃO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS, MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA E OTIMIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO		
JUSTIFICATIVA:	<p>O sistema de energia elétrica de atendimento na área urbana é bastante satisfatório com elevado nível de atendimento, sendo interessante a promoção de energias alternativas. Já o atendimento na área rural precisa de melhorias, possuindo quedas e oscilações, além da necessidade de ampliação da rede e facilitar o acesso de instalações de energia elétrica nas comunidades rurais.</p> <p>O sistema de iluminação pública atende praticamente toda a sede urbana, sendo importante promover a substituição gradativa das lâmpadas convencionais por LED. Quanto ao sistema de comunicação verifica-se como necessidade a melhoria da infraestrutura.</p>		
LOCALIZAÇÃO	Sede urbana, distrito e localidades rurais.		
ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE	SOCIOESPACIAL		 
AÇÕES ESPECÍFICAS			
1	Fomentar o uso de energia alternativa no município.		
2	Utilizar fontes alternativas de geração de energia nas edificações públicas, em especial painéis solares, dentre outros.		
3	Elaborar estudos para viabilizar o transporte elétrico no município, com suas respectivas estações de abastecimento.		
4	Realizar a substituição na iluminação pública por meio de tecnologia LED, bem como para os novos loteamentos, nas mesmas especificações técnicas.		
5	Melhorar infraestrutura da rede lógica das edificações públicas, promovendo uso de wi-fi naquelas onde ainda não há.		
6	Acompanhar a revolução tecnológica para viabilização da nova tecnologia 5G ³ , adequando o município às regras normativas da Lei Geral de Antenas (Lei 13.116/2015).		

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

³ A Anatel elaborou uma minuta básica para os municípios aprovarem nas Câmaras Municipais, como forma de adaptar leis locais à nacional. A nova legislação permite um licenciamento seguro e menos burocrático, como a permissão de instalação de antenas de pequeno porte, em pontos estratégicos da cidade, além de pacificar o tema sobre a radiação eletromagnética, que não ameaça a saúde da população.



1.5. PROPOSTAS DO EIXO ECONÔMICO (TRABALHO E LAZER)

Dentre as atividades desenvolvidas no município, as com maior impacto econômico são a Indústria de transformação, seguida pelo agronegócio e pelos setores de comércio e serviço.

O setor Primário é representado majoritariamente pela pecuária e criação de outros animais (galináceos, suínos e bovinos) e pelas lavouras temporárias (soja, milho e trigo). No setor primário é importante estimular a produção agropecuária através de práticas agroecológicas, além de estimular e fortalecer os processos de organização dos agricultores familiares. É importante incentivar a diversificação da produção, especialmente a agricultura orgânica na porção nordeste do município (bacia do Rio Ouro Verde), além de disponibilizar auxílio técnico e novos equipamentos e maquinários para auxiliar na produção local (hora/máquina) e desenvolver selos de origem para valorizar os produtos oriundos da agroindústria familiar.

No setor secundário há a necessidade de ampliar as áreas de usos industriais e serviços de forma a alavancar as atividades existentes, bem como atrair novos empreendedores e consolidar fortes cadeias produtivas e arranjos produtivos locais, logísticos e de negócios, aproveitando a infraestrutura viária existente (importantes ligações rodoviárias – BR 277 e PR 495) e implantando a continuidade das vias marginais.

O setor do turismo tem demonstrado potencial de desenvolvimento em diversos âmbitos (ecoturismo/radical/cachoeiras/parques ambientais, cultural, religioso, rural/cicloturismo), entretanto este setor necessita maior impulsionamento e implantação de infraestruturas de apoio, para alavancar a economia local. Ainda, há necessidade de capacitação da mão de obra local através de parcerias e convênios com instituições, órgãos de pesquisa e assistência técnica.

As propostas para o Eixo Econômico de Medianeira consistem na determinação de proposições que objetivam alavancar a economia local (trabalho e lazer) dos seus habitantes. Nos quadros a seguir estão relacionadas às justificativas, localizações e interrelações com as dimensões de sustentabilidade (ODS), e com as diretrizes previstas para dinamização dos setores produtivos e turísticos do município, bem como para o desenvolvimento tecnológico e capacitação da mão-de-obra local.

QUADRO 21: DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO

EIXO (E)	E3 - ECONÔMICO								
DIRETRIZ (D)	D1 - DINAMIZAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS								
PROPOSIÇÃO (P)	P21 - DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO								
JUSTIFICATIVA:	No setor primário é importante estimular a produção agropecuária através de práticas agroecológicas, além de estimular e fortalecer os processos de organização dos agricultores. Nas terras destinadas à agricultura é importante incentivar a diversificação da produção, bem como a agricultura orgânica, além de disponibilizar novos equipamentos e maquinários para auxiliar na produção local (hora/máquina) e desenvolver selos de origem para valorizar os produtos oriundos da agroindústria familiar.								
LOCALIZAÇÃO	Território municipal (área rural).								
ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE	ECONÔMICO								
AÇÕES ESPECÍFICAS									
1	Estimular e fortalecer os processos de organização dos agricultores (associações e cooperativas), apoiando formas alternativas de comercialização de insumos e produtos, facilitando também o acesso ao crédito agrícola de custeio e investimento.								
2	Incentivar a diversificação da produção agrícola, principalmente nas pequenas propriedades rurais (agricultura familiar), promovendo rotação de culturas para recuperação e manejo adequado dos solos, através do acompanhamento técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná ⁴ (IDR-PR – IAPAR/EMATER), cooperativas, entidades organizadas e iniciativa privada.								
3	Desenvolver a agricultura orgânica, especialmente na porção leste do município sobre a microbacias de abastecimento público de água (Rio Alegria e Rio Ouro Verde), promovendo a articulação e a associação dos produtores no processo de certificação da produção.								
4	Criar selos de origem para os produtos oriundos da agroindústria familiar.								
5	Adquirir máquinas, veículos e equipamentos para apoio às atividades rurais.								

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

⁴ O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar - Emater (IDR-Paraná) foi criado pela Lei Estadual n. 20.121/2019. Ele é resultado da incorporação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR) e Centro Paranaense de Referência de Agroecologia (CPRA) pelo Instituto Agropecuário do Paraná (IAPAR). Os quatro órgãos deixaram de existir como instituições autônomas, formando uma única entidade vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

QUADRO 22: DESENVOLVIMENTO SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO

EIXO (E)	E3 - ECONÔMICO	
DIRETRIZ (D)	D1 - DINAMIZAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS	
PROPOSIÇÃO (P)	P22 - DESENVOLVIMENTO DO SETOR SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO	
JUSTIFICATIVA:	<p>O planejamento espacial, por meio da criação de setores específicos em locais estratégicos no município, como ao longo das rodovias BR-277 e PR-495 (para a atração e desenvolvimento de indústrias e serviços de pequeno, médio e grande), além de uma área industrial específica. Também, a estruturação de áreas planejadas para atração de serviços comerciais, empresariais e de negócios, passa a ter um caráter ativo na criação de um ambiente de negócios favorável, com o surgimento de polos de crescimento e centros dinâmicos de desenvolvimento que possibilitam maior ligação pelo entrelaçamento de preços, fluxos e expectativas.</p> <p>Ainda, a consolidação de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais ou mesmo a formação de complexos industriais localizados, com no mínimo uma indústria motriz, está no conceito de aglomerações econômicas geradas nos polos urbanos/industriais. As pequenas empresas, sobretudo, procuram a proximidade das indústrias motrizes por causa das economias externas de aglomeração territorial e do acesso aos mercados e serviços (APD, 2018).</p>	
LOCALIZAÇÃO	Sede urbana e Distrito de Maralúcia	
ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE	ECONÔMICO	
AÇÕES ESPECÍFICAS		
1	Elaborar estudo para alternativa locacional de área, a ser adquirida e devidamente licenciada pelo município para realocar as empresas recicladoras instaladas irregularmente na sede urbana. Esta área específica poderia funcionar em sistema de comodato, mediante condicionantes.	
2	Viabilizar a implantação dos setores e zonas industriais, respeitados os parâmetros de uso e ocupação definidos na Lei de Zoneamento	
3	Promover incentivos à agropecuária e à implantação de agroindústrias através da garantia de fornecimento de infraestrutura de malha viária.	
4	Promover a implantação de Arranjos Produtivos Locais (APLs).	
5	Fomentar e incrementar o sistema de incubadoras de empresas.	
6	Promover a realização de eventos comerciais e de negócios periódicos no município, com organização de calendário anual.	
7	Organizar e consolidar polos tecnológicos específicos aplicados ao desdobramento de atividades já existentes no município.	
8	Aumentar o número de novos negócios no município, por meio da diversificação setorial de polos empresariais/industriais/tecnológicos e formação de novos complexos industriais localizados, em torno de no mínimo uma indústria motriz.	
9	Organizar de maneira efetiva a integração entre as empresas municipais e as universidades e demais instituições afins.	

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.



QUADRO 23: DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA

EIXO (E)	E3 - ECONÔMICO						
DIRETRIZ (D)	D1 - DINAMIZAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS						
PROPOSIÇÃO (P)	P23 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA						
JUSTIFICATIVA:	O principal elemento que contribui para o desenvolvimento de uma região é o perfil da sua mão de obra. A vantagem competitiva das empresas está associada à disponibilidade de mão de obra especializada no ambiente de negócios. Por outro lado, tal especialização impõe o desafio de manter e reter estes talentos dentro dos limites das empresas, visto que pessoas qualificadas demandam maiores salários e melhores condições de trabalho. Busca-se assim, dotar o município de capacidade e desenvolvimento tecnológico para produzir localmente mão de obra qualificada para suas atividades industriais e serviços, realizar pesquisa e desenvolvimento, treinar funcionários e contratar profissionais com formação mais avançada, como pós-graduação, mestrados e doutorados. Para tal, faz-se necessária a presença de instituições de ensino e pesquisa, assim como atividades públicas ou privadas de incentivo à pesquisa. O parque produtivo então passa a ser beneficiado pelo sistema de ciência e tecnologia, podendo incorporar avanços de técnica e produtividade, agregando mais valor à produção e elevando o potencial de atração de investimento em áreas intensivas em tecnologia.						
LOCALIZAÇÃO	Sede urbana, distrito de Maralúcia e localidades rurais.						
ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE	ECONÔMICO						
AÇÕES ESPECÍFICAS							
1	Elaborar estudo, em parceria com instituições como o SENAI, SESI, SEBRAE, para avaliar as dotações internas municipais de mão de obra, dinâmica econômica e assim reavaliar as ofertas de cursos técnicos no município e promover o redirecionamento para os setores alvo.						
2	Alavancar o Parque Tecnológico do município para desenvolvimento de novas tecnologias, incubadoras e principalmente qualificar a mão de obra local.						
3	Fortalecer a articulação entre a Prefeitura e as instituições e/ou órgãos de pesquisa e assistência técnica como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR – IAPAR/EMATER), Sistema Nacional de Emprego (SINE), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social do Transporte (SEST) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Sindicatos, Associações e Conselhos Municipais e Universidades com o objetivo de potencializar e conferir maior racionalidade em suas ações, principalmente àquelas relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e à capacitação de empreendedores e profissionais das mais diversas áreas econômicas.						
4	Firmar convênios com instituições e outros órgãos governamentais e não governamentais para facilitar cursos profissionalizantes para as empresas que demandam mão de obra local mais qualificada, formando trabalhadores capazes de criar conhecimento, difundi-los na sociedade, utilizá-lo para assegurar inovação, produtividade, qualidade e, conseqüentemente, competitividade.						

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.



QUADRO 24: DESENVOLVIMENTO DO SETOR TURÍSTICO

EIXO (E)	E3 - ECONÔMICO			
DIRETRIZ (D)	D1 - DINAMIZAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS			
PROPOSIÇÃO (P)	P24 - DESENVOLVIMENTO DO SETOR TURÍSTICO			
JUSTIFICATIVA:	<p>O potencial turístico de Medianeira, evidencia-se por importantes atrativos naturais: ecológico, ambiental e de aventura e religioso-cultural, que denota a importância da realização de ações de preservação e valorização destes. Para tanto, torna-se imprescindível a realização do inventário detalhado de todas essas potencialidades, contemplado em um Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico atualizado, assim como o perfil da demanda turística, os roteiros e circuitos potenciais, bem como as ações necessárias para dotar os atrativos turísticos com as infraestruturas e estruturas de apoio necessárias.</p> <p>Além disso, o município deve aumentar sua participação em projetos de desenvolvimento regional; promover ações de comercialização com público final e operadoras de turismo; potencializar a realização de eventos com capacidade de atração de fluxo turístico; incrementar a integração com SEBRAE, SENAC, SENAR para alavancar ações em desenvolvimento; promover políticas públicas específicas de empreendedorismo turístico voltadas à instalação de hotéis, pousadas e restaurantes, ampliando assim, a participação do turismo no orçamento municipal. Em paralelo, são necessárias ações de sensibilização e conscientização da comunidade, por meio de ampla discussão e estabelecimento de estratégias de gestão, qualificação e capacitação de mão-de-obra voltada à área turística.</p>			
LOCALIZAÇÃO	Sede Urbana (Pedreira), Distrito de Maralúcia e Núcleos de Urbanização Específica (Morro da Salete e Espigão).			
ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE	ECONÔMICO			
AÇÕES ESPECÍFICAS				
1	Elaborar e implementar o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico, contendo o inventário detalhado dos componentes turísticos municipais, bem como as ações, prazos e custos necessários e sua viabilização efetiva.			
2	Promover a articulação, integração e parcerias entre a Prefeitura e instituições como o SETUR, ADETUR, Conselhos dos Lindeiros, bem como SEBRAE, SENAC, SENAR, MTUR, para promover políticas públicas específicas de empreendedorismo turístico			
3	Valorizar e difundir os cinco pilares do turismo municipal: Turismo ecológico, ambiental e de aventura; Turismo religioso-cultural; Turismo de convenções e eventos e o Turismo Gastro-rural e hoteleiro e de estímulo às agroindústrias.			
4	Implementar os Núcleos de Urbanização Específica de Interesse Turístico (Morro da Salete e Espigão), de modo a desenvolver as regiões rurais, com políticas voltadas ao aproveitamento do potencial econômico, em especial			
5	Apoiar a consolidação dos Eixos de Desenvolvimento Turístico, mediante a permissão legal para implantação de empreendimentos turísticos como pousadas, hotéis, restaurantes, bem como instalação de pontos de venda de comercialização dos produtos artesanais e agrícolas da região, elaborando estudo locacional para instalação de pontos de venda ao longo desses eixos.			
6	Implantar infraestrutura acessível (acessos e sinalizações) aos atrativos turísticos municipais			
7	Elaborar legislação municipal de proteção ao patrimônio histórico, cultural e ambiental, complementando leis já existentes;			



8	Promover a atração de eventos turísticos, culturais com grupos de teatro, música, corais e religiosos, gastronômico, bem como de negócios, convenções e eventos (por meio do uso do complexo Lar Centro de Eventos).
9	Apoiar e implementar o percurso cicloturístico de Medianeira.
10	Incrementar o Plano de Comunicação e Marketing Turístico de Medianeira (marca turística, redes sociais, website inteligente, material de divulgação, mapa turístico e calendário de participação em feiras, eventos e fóruns).

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.



1.6. PROPOSTAS DO EIXO INSTITUCIONAL

As propostas Institucionais e de Administração Pública consistem na melhoria dos processos e tramitações internas, pautadas sobretudo em um sistema de informações integrado – cuja ferramenta é o Sistema de Informações de Geoprocessamento (SIG), bem como em periódicos treinamentos e capacitações dos recursos humanos.

Há necessidade de adequações no quadro de servidores além de melhorias nas fiscalizações municipais. Por fim, deve-se ampliar a participação dos conselhos municipais, viabilizando a efetiva participação da sociedade no planejamento e na gestão urbana.

Nos quadros a seguir estão relacionadas às justificativas, localizações e interrelações com as dimensões de sustentabilidade (ODS), e com as diretrizes previstas para a adequação dos diversos sistemas que integram infraestrutura municipal disponível à população.

QUADRO 25: ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA E INSTITUCIONAL

EIXO (E)	E4 - INSTITUCIONAL		
DIRETRIZ (D)	D1 - ESTRUTURAÇÃO E OTIMIZAÇÃO INSTITUCIONAL		
PROPOSIÇÃO (P)	P25 - ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA E INSTITUCIONAL		
JUSTIFICATIVA:	<p>A administração pública necessita de servidores e técnicos municipais em quantidades suficientes e com capacitações periódicas, bem como de um eficiente sistema de fiscalizações.</p> <p>O município expandiu-se notavelmente nos últimos anos e não conseguiu manter seus cadastros internos atualizados, acarretando em uma capacidade menor de arrecadação tributária. Torna-se imperativa, portanto, a atualização do Cadastro Mobiliário e/ou Imobiliário/Multifinalitário, a fim da melhoria destes processos. Outra importante ferramenta é o Sistema de Informações de Geoprocessamento (SIG), integrado a todas as secretarias municipais, propiciando a melhoria do acesso às informações dos técnicos das diversas áreas da administração pública, através da organização e integração das bases de dados. Informações estas como, por exemplo: os principais serviços utilizados pelos munícipes, os equipamentos sociais oferecidos pela prefeitura, enfim dados gerais sobre o uso do solo e tipologia das famílias residentes no município, bem como as tributações pagas por cada cidadão, o que possibilitará à prefeitura maior controle e gestão dos recursos públicos.</p> <p>Por fim, há que se estimular a participação dos diversos conselhos municipais.</p>		
LOCALIZAÇÃO	Todo o Município		
ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE	INSTITUCIONAL	  	
AÇÕES ESPECÍFICAS			
1	Promover treinamento, capacitação e atualização dos recursos humanos Administração Municipal, em função do perfil necessário para cada unidade e um programa de capacitação acompanhado pelas medidas institucionais necessárias, como adaptação de cargos às novas funções.		
2	Implantar Sistema de Informação Geográfica - SIG que utilize as tecnologias de mapeamentos disponíveis como ambiente gerencial de apoio a decisão, integrando os Sistemas Gerenciais ao Controle Espacial e ao Sistema de Administração de Dados Geográficos Legais assim como ao de Política Cidadã.		
3	Criar equipes responsáveis pela manutenção das informações do SIG em cada secretaria, com equipamentos e treinamentos, visando a ampliação da gestão da secretaria de planejamento.		
4	Atualizar a base de dados do cadastro imobiliário, inclusive efetivando o recadastramento imobiliário, mantendo o mesmo sempre atualizado e integrado ao SIG, bem como da Planta Genérica de Valores – PGV.		
5	Ampliar o quadro de servidores para o exercício da fiscalização municipal em geral: tributária (empresas clandestinas e sonegação de impostos), de posturas, de obras (movimentação de terra, bota-fora, edificações, parcelamentos e loteamentos, cadastro de imóveis), sanitária (saúde pública, saneamento básico), de mobilidade (trânsito) e ambiental.		
6	Aprimorar o sistema de Atendimento ao Cidadão e munir o Portal de Transparência com o maior volume de informações possíveis		
7	Estimular a dinamização dos vários conselhos comunitários, associações e terceiro setor, bem como associação com caráter regional, como Comitês de Bacias, Consórcios de serviços de interesse comum e outros, viabilizando a efetiva participação da sociedade no planejamento e na gestão urbana, especialmente no que se refere ao controle social sobre a alocação de recursos públicos e a qualidade dos serviços urbanos.		
8	Operacionalizar o sistema de indicadores e instrumentalizar o COMUR quanto ao acompanhamento e monitoramento do PDM (por meio de um profissional vinculado ao COMUR, destinada a este fim, preferencialmente um arquiteto), tanto quanto a suas legislações quanto à execução das ações previstas no PDM e no seu Plano de Ação e Investimento.		

FONTE: MEDIANEIRA, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.



REFERÊNCIAS

APD – Agência Paraná de Desenvolvimento. **Plano Municipal de Atração de Investimentos (PMAI): União da Vitória**. Paraná, 2018. Disponível em: <https://www.investparana.org.br/sites/portal-empREENDEDOR/arquivos_restritos/files/documento/2020-01/PMAI%20Uni%C3%A3o%20da%20Vit%C3%B3ria%20-%20DIGITAL.pdf>. Acesso em nov. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.305**, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasil, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em fev. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.587**, de 03 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>. Acesso em nov. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.116**, de 20 de abril de 2015. Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13116.htm>. Acesso em fev. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.026**, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. Brasil, 2020. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.026-de-15-de-julho-de-2020-267035421>>. Acesso em nov. 2021.

CAFRUNE, M. E. **O direito à cidade no Brasil**: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, Bauru, v. 4, n. 1, p. 185-206, jan.-jun. 2016.

CNM. Confederação Nacional dos Municípios. **Guia para localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros**. O que os gestores municipais precisam saber. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ODS-Objetivos_de_Developmento_Sustentavel_nos_Municipios_Brasileiros.pdf>. Acesso em: set. 2021.



IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Repositório. Direito à Cidade, Cidades para Todos e a Estrutura Sociocultural Urbana.** Brasília: Ipea, [s.d.]. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8622/1/Direito%20%C3%A0%20cidade.pdf>>. Acesso em set, 2021.

MARICATO, E. **The recent urban protests in Brazil.** 2016. Acesso em: 18 jul. 2016.

MEDIANEIRA. **PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico.** DRZ Geotecnologia e Consultoria LTDA EPP, 2018.

PARANÁ. **Lei Estadual n. 20.121/2019.** Autoriza a incorporação do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia e da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná, nas condições que especifica, pelo Instituto Agrônomo do Paraná, e adota outras providências. Curitiba, 2019. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=230514&codItemAto=1430033>>. Acesso em jan, 2022.

ROLNIK, R. (Org). **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** São Paulo: FAO/USP, 2012.

ROMANINI, Anicoli. **Planejamento Urbano & Equipamentos Comunitários: O Caso de Passo Fundo/RS.** Passo Fundo: Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo, 2007. 271 p.

ROMERO, Marta, **O desafio da construção de cidades,** artigo publicado em 2006.